

Como a imprensa brasileira trata o suicídio

Retórica bastante parecida à utilizada pelos resistentes franceses contra os nazistas pode ser encontrada no mais famoso bilhete de suicídio da História do Brasil, a chamada carta-testamento de Getúlio Vargas. Acuado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, então capital da República, o presidente matou-se com um tiro do seu revólver Colt calibre 32 no coração, às 8h25m do dia 24 de agosto de 1954. Tinha 71 anos. Até aquele momento, Vargas encontrava-se sob imensa pressão política e pessoal: a oposição udenista fazia uma campanha pesada contra seu governo, que acabara de conceder um aumento de 100% ao salário-mínimo; as multinacionais o sabotavam, contrariadas pela lei que limitava a remessa de lucros para o exterior em 10%; os militares haviam retirado o seu apoio; a quase totalidade da imprensa o atacava ferozmente (a solitária exceção era Samuel Wainer, cujo jornal *Última Hora* fora fundado sob os auspícios do próprio presidente).

A agonia que desembocaria no suicídio começara dezenove dias antes, quando o principal opositor a Vargas, o jornalista e deputado federal pela UDN Carlos Lacerda, havia sido alvo de um atentado a tiros quando chegava de madrugada ao seu prédio, na Rua Toneleros, 180, em Copacabana, vindo de uma conferência antigetulista no Externato São José, na Tijuca. Lacerda levou apenas um tiro no pé, sem gravidade. No entanto, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, que voluntariamente se revezava com outros jovens oficiais da mesma arma na segurança ao político, foi baleado no peito e morreu a caminho do hospital. Ao saber do atentado, Vargas disse: “Este tiro é uma punhalada em minhas costas.”

A arma que matara o major Vaz era de calibre 45, privativo das Forças Armadas. Este pormenor fez as investigações, por injunções do próprio Lacerda, serem retiradas da polícia e levadas para a Aeronáutica. Um dos três pistoleiros do chamado Atentado da Toneleros foi identificado – e posteriormente preso, ao fim de uma intensa perseguição que mobilizou de cães policiais a helicópteros – pelo

Inquérito Policial-Militar (IPM) como Climério Eurides de Almeida. Ele era um dos 200 membros da guarda presidencial, quase todos gaúchos, como o próprio presidente nascido em São Borja. Ao fim do IPM, ficou estabelecido que o mandante direto da ação havia sido o chefe da guarda presidencial, Gregório Fortunato, conhecido como Anjo Negro, fiel guarda-costas de Vargas⁷⁰. Acima dele, suspeitas nunca comprovadas recaíram, entre outros, sobre Lutero Vargas, filho de Getúlio, e sobre o general getulista Ângelo Mendes de Moraes. A partir deste ponto, o presidente viu-se confrontado com as opções de renunciar ou de resistir até o fim. Vargas escolheria uma terceira via. Na manhã do dia 24, pôs fim à própria vida. Apenas dois minutos depois de o estampido ter sido ouvido no Catete, Samuel Wainer recebia um telefonema de seu repórter no palácio presidencial.

Um tiro no coração, informou Luís Costa, em prantos. Desliguei o telefone e corri para a oficina do jornal. As emissoras de rádio transmitiam incessantemente a notícia, e um clima de absoluta comoção se espalhava pelo país. Na oficina, encontrei operários chorando, outros desmaiados. Lembrei-me, então, de que a página com a manchete publicada na véspera – SÓ MORTO SAIREI DO CATETE – continuava composta em chumbo. Naquele época, tínhamos o hábito de guardar algumas páginas numa estante, para a eventualidade de republicar certos textos, anúncios principalmente. Nos dias seguintes íamos utilizando os tipos de chumbo ali armazenados e a página era desfeita aos poucos. Aquela histórica primeira página, contudo, permanecia intacta, e tive a idéia de republicá-la exatamente como saíra na véspera, mudando apenas alguns detalhes. Numa linha no alto da página, escrevi: “*Ele cumpriu a promessa.*” Abaixo da frase em que Getúlio prevenia que não o tirariam vivo do palácio, descrevi o suicídio do presidente da República. (WAINER, 2005, p. 260).

Naquele dia, a gráfica da *Última Hora* imprimiu em sucessivas edições 800 mil cópias, recorde brasileiro na ocasião. Elas rapidamente se esgotaram sem nem serem distribuídas às bancas: o povo emocionado as tirava direto dos caminhões, atirando o dinheiro para dentro dos veículos. A mesma comoção resultou no empastelamento dos outros grandes jornais, todos antigetulistas, sobretudo da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. Vargas virara a maré política.

⁷⁰ Entretanto, Fortunato foi condenado pela Justiça apenas em 1957.

Naquele mesmo 24 de agosto, rádios e jornais começaram a reproduzir a sua carta-testamento. Com o passar do tempo, foram levantadas dúvidas sobre a sua verdadeira autoria e surgiu até um “bilhete verdadeiro”, muito menos eloqüente que a versão consagrada, possivelmente até o rascunho que Alzira Vargas, confidente e secretária do pai, encontrara entre os papéis dele em meados do mês⁷¹. Na ocasião, o presidente tratara de tranquilizá-la: “Não te preocupes, minha filha, não penso em suicidar-me”. Todavia, a beleza literária de sua peça de despedida mostra que ele ruminou longamente não apenas a decisão de sair de cena pelas próprias mãos como também suas últimas palavras.

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam – e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo.⁷² (...)

Ao ódio, respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate. Lutei contra a expoliação do Brasil. Lutei contra a expoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente

⁷¹ Segundo a versão *on-line* do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, “apesar de toda a controvérsia sobre a autoria da *Carta-Testamento*, há razões suficientes para se acreditar na sua autenticidade. Várias pessoas, entre as quais Osvaldo Aranha, Amaral Peixoto, Tancredo Neves, o brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, declararam ter visto o presidente ler, assinar e guardar cuidadosamente um papel que devia ser a carta. Outro dado fora de discussão é a participação – maior ou menor – na elaboração do documento do jornalista José Soares Maciel Filho, o redator favorito dos discursos de Getúlio” (http://www2.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_54.asp)

⁷² Vargas refere-se à Revolução de 30, que o conduziu pela primeira vez à presidência da República, exercida com mão de ferro durante os anos do chamado Estado Novo, de inspiração nazi-fascista. Mesmo assim, pressionado pelos EUA e pela população, ele mandou tropas para combater do lado dos Aliados durante a Segunda Guerra. Quando a vitoriosa Força Expedicionária Brasileira retornou da Itália em 1945, porém, instalou-se o paradoxo: como lutar pela democracia lá fora se ela não existia aqui dentro? Embora Vargas tenha começado a liberalizar o regime, foi deposto em outubro pelas Forças Armadas. Nas eleições presidenciais, no entanto, ganhou o marechal Eurico Gaspar Dutra, candidato lançado e apoiado por Vargas. No pleito seguinte, em 1950, seria o próprio Vargas o candidato vencedor, agora legitimado pelas urnas.

dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História. (*apud* NOSSA HISTÓRIA, 1980, p. 124).

Como se disse acima, a carta-testamento de Vargas guarda notáveis semelhanças com os patrióticos bilhetes dos resistentes franceses selecionados por Krivopissko. Porém, não apenas com eles como com os distanciados bilhetes de suicidas ingleses do século XVIII e brasileiros do século XX, analisados por MacDonald, Murphy e Maria Luiza Dias. Previsivelmente neste gênero literário⁷³, o presidente justifica o seu gesto extremo não pelo desespero pessoal ou pela difícil situação política e sim por uma causa maior: os humildes, o povo, o futuro do Brasil. De suas próprias palavras, o suicídio emerge não mais como um pecado ou uma fraqueza de caráter, mas como um sacrifício ao qual ele, destemidamente, está disposto a fazer. Qualquer suposição de desespero é afastada, também, pelo distanciamento sentimental, pelas belas frases de efeito que sobreviveram na memória popular como *slogans* nacionalistas e pela presunção, aliás, quase certeza, de que a posteridade saberia interpretar seu ato de modo correto e isento. Reconhece-se, neste particular, a intenção do suicida que pretende influenciar o juízo que os outros terão a seu respeito e a tentativa (muitíssimo bem-sucedida no caso de Vargas) de fazer com que o suicídio prolongue simbolicamente a vida.

Naturalmente, no dia 24 de agosto de 1954, não passou pela cabeça de nenhum jornalista brasileiro omitir ou mascarar a causa da morte de Vargas. Era necessário noticiá-la com todas as letras, por conta da importância pública do suicida e das conseqüências do seu gesto para a sociedade (critérios que valeriam ainda hoje em qualquer redação). Além disso, é preciso ter em mente que a imprensa brasileira de meados dos anos 50 do século passado não se intimidava diante da morte voluntária. Era uma imprensa bastante diferente da que estaria nas bancas do final da década em diante. Portanto, era similar àquela que o jovem Nelson Rodrigues encontrou, quando começou a trabalhar como repórter policial, na redação do *A Manhã*, jornal que seu pai, Mário Rodrigues, fundou em 1925. Nela, embora as páginas dos crimes fossem o filé-mignon da edição junto com as

⁷³ Cf. p. 94 e 96.

dedicadas à política e à literatura, cobriam uma cidade a anos-luz do atual Rio de Janeiro. A colorida descrição é de Ruy Castro:

Os jornais da época, principalmente os vespertinos, davam dezenas de ocorrências policiais por dia. E, numa cidade lindamente sem assaltos como o Rio, em que a captura de um ladrão de galinhas era uma sensação, quase todos os crimes envolviam paixão ou vingança. Maridos matavam mulheres por uma simples suspeita, sogras envenenavam genros porque estes não lhes tinham dado bom-dia aquela manhã e casais de namorados faziam pactos de morte como se estivessem marcando um encontro no “Ponto Chic”.

As matérias eram feitas na delegacia ou por telefone, mas nos casos escabrosos, a “caravana” do jornal (como então se chamava a dupla de repórter e fotógrafo) pegava o vale de vinte mil réis para o táxi e saía feito uma flecha. Era importante chegar antes da concorrência porque, com o rádio ainda de fraldas e a TV inexistente, os jornais trabalhavam com o “furo”, ou seja, a notícia em primeira mão. (...)

A “caravana” era onipotente. Não se limitava a entrevistar os parentes da vítima ou do assassino. Quando chegavam antes da polícia, repórter e fotógrafo julgavam-se no direito de vasculhar as gavetas da família e surrupiar fotos, cartas íntimas e róis de roupa do falecido. Os vizinhos eram ouvidos. Fofocas abundavam no quarteirão, o que permitia ao repórter abanar-se com um vasto leque de suposições. Como se não bastasse, era estimulado, quase intimado pela chefia a mentir descaradamente. (No futuro, Nelson lamentaria: “Hoje o repórter mente pouco, mente cada vez menos.”) De volta à redação, o repórter despejava o material na mesa do redator e este esfregava as mãos antes de exercer sobre ele os seus pendores de ficcionista. (CASTRO, 1992, p. 47).

Interessante notar a semelhança entre o quadro descrito por Castro e o ambiente de competição entre os jornais londrinos no século XVIII, tal como pintado por MacDonald e Murphy em *Sleepless souls*⁷⁴, ambiente que, lá como cá, ensejava aventuras ficcionais nas redações, inclusive na hora de informar casos de suicídio. Dentro dessa cultura, por conseguinte, os detalhes sobre a morte do presidente não gozavam de nenhum privilégio em relação aos da morte do bancário que tomava chumbinho por descobrir a traição da esposa. O suicídio era notícia corrente nos jornais brasileiros do período. Isto, porém, iria mudar.

⁷⁴ Cf. p. 85.

Um dos principais agentes desta mudança freqüentava a mesma redação de *A Manhã* na qual Nelson Rodrigues era o *foca* que fazia a rondas das delegacias pelo telefone, atrás dos casos escabrosos que ensejassem o despacho das “caravanas” formadas por colegas mais experientes. Seu nome era Danton Jobim. Era um dos medalhões da redação. Vinte e cinco anos depois, no começo daqueles anos 50, Jobim era o diretor de redação do *Diário Carioca*, jornal fundado dois anos depois de *A Manhã* e onde surgiria na imprensa brasileira a técnica americana do *lead* (pela qual o primeiro parágrafo de cada notícia deveria responder às seis seguintes questões: Quem? O quê? Quando? Onde? Por quê? Como?), bem como suas decorrentes exigências de objetividade e neutralidade.

A mudança estilística coincidiu com uma mudança física na redação do *Diário Carioca*, anota Nelson Werneck Sodré em *História da imprensa no Brasil* (1983). Em 1951, a velha sede da Avenida Presidente Vargas havia sido vendida justamente para a *Última Hora* que Samuel Wainer estava criando. O *Diário Carioca* passou a funcionar, então, na esquina de Avenida Rio Branco e Rua São Bento. Como toda criança bonita, a reforma tem vários pais: Sodré credita-a ao chefe de reportagem Luís Paulistano, que, de quebra, inventou o *sublead* (segundo parágrafo, a sustentar o *lead*); Ana Arruda Callado, em seu artigo *O texto em veículos impressos* (in CALDAS, 2002), elege Danton Jobim, por ele ter estado na Universidade de Columbia, em Nova York, antes do terceiro candidato; este, o chefe de redação Pompeu de Sousa, costuma ser citado pelos contemporâneos.

A favor de seu eleito, Ana Arruda cita trechos do livro *Espírito do jornalismo*, publicado por Jobim no final dos anos 50: “O que se observa nas redações é que o estilo do repórter melhora quando ele escreve dentro da medida padrão, do cânone, imposto pelas exigências da tipografia e da paginação. O limite certo obriga a esquematizar as idéias e os fatos a narrar” (p. 47). Como se pode supor, o novo estilo industrializado se contrapôs ao velho estilo romântico, que um Nelson Rodrigues já tarimbado ecoaria em suas crônicas cheias de escândalos e exageros. O cadáver de Vargas surgiu em meio a esta transição. Com alguma licença poética e uma mesóclise – ambos agradariam em cheio aos redatores de *A Manhã* – poder-se-ia dizer que, depois dele e da gigantesca comoção que sua morte gerou, os jornais brasileiros tratariam o suicídio de maneira diversa. Não foi bem isto que aconteceu, naturalmente. No entanto, como a forma determina o conteúdo (já na proposição citada de Jobim), o texto

sanitizado nos conformes do *lead* foi paulatinamente obrigando redatores e repórteres a abrir mão do exagero e da fantasia, preparando o terreno para a irrupção de uma palavra inexistente no vocabulário de qualquer redação de jornal em 1954: ética.

4.1

O que diz ‘O Globo’ sobre ética

No *Manual de redação e estilo* (1992) do matutino carioca *O Globo*, organizado e editado para publicação pelo jornalista Luiz Garcia, a única e breve menção direta ao suicídio surge exatamente no capítulo denominado “Questões éticas”: “O jornal evita noticiar suicídios de desconhecidos, exceto quando o fato tem aspectos fora do comum (p. 87).” Na introdução a “Segurança”, porém, quesito que engloba tanto o procedimento do *Globo* em relação à morte voluntária quanto aos casos de seqüestro, como ainda a instruções para fabricação de armas e bombas ou para burlar a lei, o manual conceitua:

Sempre que houver risco para a segurança pessoal de pessoa inocente, é dever do jornal omitir informações que criem ou aumentem esse risco. Cabe ao jornal informar-se para decidir, sempre por conta própria, se a notícia é realmente perigosa. Esse princípio tem aplicação freqüente, mas não obrigatória, em casos de seqüestros. Leva-se em conta o fato de que o respeito à privacidade de alguém tem um preço: significa uma informação sonogada ao público (que, por exemplo, tem o direito de saber que há uma onda de seqüestros na cidade); em contrapartida, é difícil conceber notícia tão importante que justifique a probabilidade de perda de uma vida. (GARCIA, 1992, p. 87).

O texto insinua, em expressões como “criem ou aumentem esse risco” e “se a notícia é realmente perigosa”, a persistência da noção de contágio ou de imitação. É isso mesmo? Em entrevista especialmente concedida para esta pesquisa, Luiz Garcia, ex-editor-chefe e de Opinião, atual articulista, 69 anos de idade, 52 de profissão e 31 de *O Globo*, diz que sim: “Eu sempre entendi, e foi a política geral do jornal, a idéia de que há muita gente que é suicida de imitação. Noticia-se o menor número de suicídios e só se noticia aquele que tem uma importância, uma referência histórica qualquer.”

Esta última frase não deve ser entendida como um sinônimo para suicídio de celebridades. A morte voluntária de uma pessoa desconhecida também pode ter uma relevância histórica que a ultrapasse. Garcia exemplifica com os suicídios em prisões. Segundo ele, é necessário noticiá-los. Primeiro, porque é comum o homicídio disfarçado de suicídio, o que exige investigação das autoridades. Depois, porque, se confirmado o suicídio, a morte paradoxalmente pode ser uma informação relevante sobre as condições de vida no sistema prisional brasileiro.

As diferenças de interpretação das próprias normas de redação estão presentes dentro de cada jornal. Contudo, geralmente elas são aplainadas antes de o produto chegar às bancas. Apesar do que diz o *Manual de redação e estilo* sobre o assunto, a percepção da maioria dos jornalistas do Globo, bem como de boa parte dos seus leitores, é a de que notícias de suicídio simplesmente não são publicadas. Como este trabalho mostrará, elas são publicadas. Antes, entretanto, elas passam por tantos filtros, por tantas avaliações baseadas em critérios jornalísticos de importância, que apenas uma amostra delas chegará às páginas. Esses filtros são criados ou destruídos informalmente, no dia-a-dia dos fechamentos.

A visão que o diretor de redação Rodolfo Fernandes, 43 anos de idade, 25 de profissão e 16 de *O Globo*, tem da suposta periculosidade das notícias sobre suicídio, por exemplo, é substancialmente distinta da de Garcia. Em meados de 2005, na inexistência de qualquer imposição oficial de silêncio, ele reafirmou aos seus subordinados que o jornal noticiava suicídios, desde que, naturalmente, eles preenchem os pré-requisitos da relevância jornalística, não pelo medo difuso de um contágio. Em entrevista, sua hipótese para o tabu que molda e era moldado pelos procedimentos da redação remete à religião:

Desconfio que é mais um problema religioso, de a Igreja católica negar enterro, do que propriamente um medo de que se propagassem os suicídios aí pelo mundo, um medo de gerar imitação. Isso no Brasil. Não sei como é na imprensa estrangeira. Era uma dessas regras não-escritas da imprensa. Não sei como começou. Só sei que dizíamos assim: “Não publicamos suicídio”. No próprio dia-a-dia, em decisões que nós fomos tendo de tomar, a regra não-escrita foi sendo abolida. Não há motivo para não noticiar um suicídio, sendo que você noticia coisas muito mais violentas, agressivas e potencialmente destrutivas para a moral da sociedade. Até porque esta é uma longa discussão na imprensa. O que se publica que vai gerar

danos à sociedade? Há uma quantidade grande de leitores que acha que existe violência no Rio de Janeiro porque os jornais publicam violência no Rio de Janeiro. Então, por aí, você não publica mais nada, não tem jornalismo. (FERNANDES, 2005).

O diretor executivo Agostinho Vieira, 45 anos de idade, 25 de profissão e 20 de *O Globo*, cinco deles passados no comando da editoria Rio, interpreta as normas do jornal de modo ligeiramente diverso dos de Garcia e Fernandes. “O suicídio é um ato pessoal, íntimo, desesperado, maluco e talvez até libertador, dependendo da crença de cada um,” diz ele, em entrevista. Se este ato fica limitado à decisão íntima e não interfere na vida de outras pessoas, da cidade ou do país, o jornal deve respeitar e não se envolver nisso. “Claro que existe o temor de que a publicação de uma notícia de suicídio sirva de ‘inspiração’ para alguém mas esse não é o motivo ou o critério principal”, acredita Vieira. Segundo ele, mesmo porque o temor de que a notícia seja contagiosa não se limita aos suicídios:

Com certeza existe esse temor. A responsabilidade de um jornal é muito grande e esse medo faz parte do nosso dia-a-dia. Pessoalmente não acredito muito nisso. Pelo menos não acredito como regra. Uma vez, quando era Editor da Rio, publicamos uma matéria sobre um menino de 12 anos que matou o amigo a porrada depois de ter visto o filme “Karatê Kid” na TV. Com certeza o maior problema desse garoto não foi ter visto as lutas do Daniel-san. (VIEIRA, 2005).

Vieira recorda, ainda, uma das notícias de suicídio publicadas quando de sua passagem pela chefia do noticiário local – uma das notícias mencionadas nas normas de redação do concorrente *O Dia*⁷⁵. No dia 17 de maio de 1990, *O Globo* publicou, em detalhes, a história de Celestino José Rodrigues Neto, o Netinho, de 14 anos, que se matou com o revólver calibre 38 do pai, sargento da Aeronáutica. Dias antes, ele fora surpreendido colando de um livro de Geografia durante uma prova no Colégio Militar, onde cursava a oitava série do Ensino Básico. Tirara zero e havia sido punido publicamente – com seis dias de suspensão e a perda de seis pontos no quesito Comportamento – durante a formatura semanal de sua turma. Achou que submetera sua mãe a uma grande humilhação e entrou em

⁷⁵ Cf. p. 72.

depressão. Matou-se com um tiro na cabeça, deixou uma carta-testamento e virou notícia, cujo texto foi assinado pelo repórter Múcio Bezerra.

Reproduzida integralmente pelo jornal, a sua carta de despedida, endereçada à mãe, Magda Rego Rodrigues, guarda notáveis semelhanças com a de Henri Fertet⁷⁶, no tom contido e no conteúdo prático. Netinho pede desculpas à mãe, por ter sido o responsável pela humilhação, exime o colega Clóvis de culpa no episódio, atribui o problema a dois outros alunos e destina os seus pertences aos parentes e aos amigos. “(...) O skate e o quadro para o meu melhor amigo, Marcos Gadelha de Lima (Bolão). A bicicleta, a prancheta e os álbuns para o meu segundo melhor amigo, Marcelo Gomes de Lima (Bolinha) (...)”, escreveu o garoto, por exemplo. Depois, agradeceu à mãe: “Obrigado pela vida que você me proporcionou até hoje”. Houve dúvida sobre a publicação da notícia do suicídio de Netinho? Vieira acredita que não, justamente pelo interesse coletivo:

O caso do menino que deixou a bola de herança para um amigo era uma história emocionante e foi muito bem contada pelo Múcio. Envolvia o Colégio Militar e o rigor das cobranças do colégio e dos pais. Ou seja, um drama envolvendo muita gente. Mas acho que não chegamos a ficar na dúvida se publicávamos ou não. (*idem*, 2005).

Para Fernandes, a notícia de um suicídio não se distingue essencialmente de qualquer outra notícia. Cada uma deve ser avaliada dentro de seu próprio contexto. “Um pobre coitado” que pula da Ponte Rio-Niterói talvez não mereça registro, “um(*a nota no*) colunão na (*editoria*) Rio”, se tanto. No entanto, se o mesmo saltador estiver sendo perseguido pela polícia, depois de assaltar um banco, a história já é outra e terá de ser avaliada em sua singularidade.⁷⁷ “Como sempre em jornal, você tem de estar atento ao bom gosto, em não expor violências desnecessárias, coisas gratuitas, mesmo dentro do enorme contexto de violência da cidade tem”, afirma o diretor de redação do *Globo*.

Pelo fato de um suicídio ser considerado, em princípio, “um ato íntimo, pessoal e desesperado”, ela é igualado a outras notícias que o jornal opta por não publicar em respeito à privacidade. “Nessa linha, também não publicamos a notícia de um político muito famoso e conceituado que tem um filho fora do

⁷⁶ Cf. p. 102.

⁷⁷ Cf. p. 31.

casamento”, exemplifica Vieira. “Ou que o jogador X ou Y se droga todos os dias, ou que o ator fulano de tal é gay e adora festas sadomasoquistas...” A idéia é a de que notícias assim em nada interferem na vida da sociedade.

Mesmo fotos de cadáveres em vias públicas também são evitadas na primeira página do jornal. Houve o dia, porém, em que um fotógrafo registrou um cadáver sendo carregado num carrinho de mão, favela da Rocinha abaixo, depois de um confronto entre os traficantes e a polícia. Excepcionalmente, *O Globo* decidiu publicá-la. “Seguramente grande parte dos nossos leitores ficou chocada com aquela foto”, conta Fernandes. “Era uma foto chocante, um fato chocante. Não tinha como não dá-lo de uma forma chocante. Talvez chocar fosse uma forma de denunciar também.”

O recurso ao bom senso – que remete, por sua vez, à “opinião comum” de Tocqueville (cf. p. 41) – também faz parte da argumentação de Garcia, que, diferentemente de Fernandes e em concordância parcial com Vieira, crê no efeito multiplicador do noticiário sobre suicídio:

Outro fator que deve ser considerado é a proximidade. O suicídio do cantor de rock australiano vai ter muito menos efeito propagador, digamos assim, do que se o Cauby Peixoto se matar. O risco de reflexo é muito maior. É sempre uma questão em aberto. O bom senso faz com que as decisões da grande imprensa tendam a coincidir. Não é uma coisa combinada. Na imprensa, nada se combina. Quando alguém diz, “a imprensa decidiu fazer tal coisa” é mentira, porque você não vê o (*diretor do jornal O Estado de S. Paulo, Ruy*) Mesquita ligar para o João Roberto (*Marinho, vice-presidente das Organizações Globo*) e dizer: “O que você acha? Ah, então vamos nessa!” Há, isso sim, uma briga de foice por um mercado cada vez menor. (GARCIA, 2005).

Houve, no entanto, um caso de suicídio em que jornalistas – mas, ainda aí, não os donos das empresas – de ao menos duas publicações se comunicaram de modo a estabelecer um procedimento comum em relação a um de seus aspectos: o do médico e escritor Pedro Nava. Por volta das 23h30m do dia 13 de maio de 1984, ele se matou com um tiro de revólver na cabeça. Estava sentado num meio-fio do bairro onde morava, a Glória, próximo a uma área em que prostitutas e travestis habitualmente fazem ponto. Tinha 80 anos, estava a dias de receber o título de Cidadão Fluminense (era mineiro) da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e mal havia começado a escrever o sétimo volume (intitulado

Cera das almas) da monumental obra memorialística iniciada por *Baú de ossos* em 1972.

O suicídio de um personagem de tal magnitude não poderia passar despercebido nas redações dos jornais. Ainda assim, e embora Nava tenha escolhido uma via pública para consumir o ato, houve dúvidas sobre a maneira de noticiar sua morte. Para Luiz Garcia, a cultura de não publicar notícias de suicídios estava tão arraigada que quase venceu o dever jornalístico. “Num primeiro momento, houve uma tendência a não dizer que era suicídio”, lembra. “Depois, chegou-se à conclusão de que tinha de dar o suicídio, porque certas pessoas têm tanta importância que não se pode omitir este fato.” O caso virou referência.

A publicação de que Pedro Nava havia se matado, entretanto, estava longe de encerrar a questão. Faltava explicar, ou não, o que o levava a se matar. Cerca de duas horas e meia antes de ele ter feito o disparo contra a própria cabeça, Nava recebeu um telefonema que o deixou perturbado. Sua mulher, Nieta, para quem acabara de ler o discurso de agradecimento pelo título de Cidadão Fluminense e que atendera a ligação, reparou que, depois de ouvir o que o homem do outro lado da linha tinha a dizer, Nava parecia ter sido vítima de algum abalo, alguma chantagem. Contudo, ela foi ao banheiro e ele se aproveitou disso para pegar o revólver numa gaveta e sair sem se despedir, pela porta dos fundos do apartamento da Glória. Antes de meia-noite, Pedro Nava estava morto.

Já no dia seguinte chegou às redações o boato de que Nava se matara porque estava sendo ameaçado de ter a homossexualidade divulgada por um garoto de programa com quem se relacionara, um certo “Beto da Prado Júnior”. As equipes das diversas publicações saíram a campo para apurar se aquilo era ou, ao menos, tinha a possibilidade de ser verdade.

Então chefe da sucursal da revista *IstoÉ* no Rio, o jornalista Zuenir Ventura, hoje colunista do *Globo*, narra o episódio em seu livro de memórias, *Minhas histórias dos outros*. Dois jornalistas da revista, Artur Xexéo e José Castello, foram encontrar o tal Beto e voltaram à redação impressionados com o relato do rapaz, que colocava a culpa da chantagem num outro garoto de programa, chamado a participar dos seus encontros com Nava. Quase ao mesmo tempo, na redação da concorrente *Veja*, o relato de Beto também impressionara os

jornalistas Flávio Pinheiro e Dácio Malta, respectivamente chefe e subchefe da sucursal carioca.

Entre dois fogos, eu continuava em dúvida. Liguei então para Flávio Pinheiro (...). Tanto quanto nós, eles dispunham apenas da versão do rapaz. Normalmente, concorrente não consulta concorrente, a não ser para coisas menores: uma declaração que o repórter perdeu numa coletiva, trecho de um discurso. Nunca para tópicos mais relevantes, menos ainda para tratar da edição – de como se vai dar uma matéria. Mas aquela era uma situação nova para nós dois. (VENTURA, 2005, p. 169).

As redações, então, se dividiram internamente entre os que queriam apurar mais para confirmar ou refutar a versão de Beto e os que queriam simplesmente ignorar a questão da homossexualidade de Nava. Pesadas as opções, ganhou a de não mencioná-la na ocasião⁷⁸. Para Garcia, no caso do médico e escritor omitir este detalhe equivaleu a renunciar a explicar toda a história: “Como vão se fazer os livros de História depois? Se o cara vai aparecer em livro de História, em antologia, se o cara vai ser citado em alguma coisa, já é obrigação não tirar isso da biografia dele.” O jornalista Humberto Werneck, então na *IstoÉ*, embora não tenha tido qualquer influência na não-publicação da informação pela revista, faz uma autocrítica importante porque teria votado por ela.

Sinto vergonha das futuras gerações, da geração dos meus filhos, sinto vergonha do futuro biógrafo de Pedro Nava quando fosse remexer no assunto, já distante da circunstância: eu era jornalista naquele momento e fui a favor de sonegar ao leitor uma informação importante. (*apud* VENTURA, 2005, p. 172).

Para Zuenir:

O “caso Pedro Nava” encerra uma das questões éticas mais complexas do jornalismo: os limites entre aquilo que é público e cujo conhecimento é um direito de todos – e um dever do jornalista divulgar – e o que, por pertencer à esfera privada, deve ser mantido como tal. Nava era um homem público que escolheu uma via pública para praticar um gesto que, ele sabia, teria repercussão, chegaria à imprensa e seria investigado em suas causas e motivações. O ato final de sua tragédia foi exposto como um espetáculo de rua.

⁷⁸ Só dois anos depois do suicídio, começaram a aparecer menções à homossexualidade de Nava.

(...) Hoje, acho que os jornais e revistas teriam publicado mais do que publicamos, embora se deva admitir que ainda cultivem uma boa dose de tabus e interditos morais. (VENTURA, 2005, p. 173).

O diretor de redação do *Globo*, Rodolfo Fernandes, tem um ponto de vista distinto. Para ele, as mudanças entre 1984 e 2005 não foram grandes a esse ponto: “Se o Pedro Nava tivesse se matado hoje, não haveria dúvidas quanto a noticiar o suicídio, mas ainda teríamos cuidado com a questão da homossexualidade, cuja importância não estava muito clara no episódio.”

Todavia, tabus e interditos morais se modificam, conforme se modificam as circunstâncias objetivas da vida em sociedade, na qual a imprensa desempenha um papel simultaneamente de formadora e de repetidora de opinião. As mudanças, entretanto, podem ser lentas a ponto de não serem percebidas no interior de cada geração. Por isso, uma das mais significativas diz respeito ao tratamento dado pelos jornais do Rio de Janeiro aos casos de seqüestro.

Antes da época de redação do manual do *Globo*, por exemplo, o comportamento geral da imprensa carioca em relação aos seqüestros ocorridos na cidade era bastante diferente do que aquele nele prescrito. Quase invariavelmente acatava-se a exigência dos seqüestradores – reforçada pelo desespero das famílias dos seqüestrados – de manter silêncio sobre os casos, como, aliás, acontecia com os suicídios. O colunista Ancelmo Gois, há seis anos no *Globo*, tem uma opinião original sobre o fim da lei do silêncio em torno destes temas. Para ele, quem de fato a quebrou foi a multiplicação e a concorrência de outros meios de comunicação:

Há não muito tempo, o figurão ligava para o doutor Roberto Marinho aqui no *Globo*, ligava para o doutor Nascimento Brito no *Jornal do Brasil* e ligava para o doutor Ary de Carvalho no *Dia* e pedia para que os jornais não noticiassem o suicídio da mulher dele. Era atendido. Hoje, enquanto ele está dando os telefonemas, os *sites* na internet, as rádios e os canais de TV por assinatura, em desabalada competição pelo furo, já estão noticiando o fato. A informação circula mais e mais rápido. (GOIS, 2005).

O seqüestro do publicitário Roberto Medina, dono da agência Artplan e idealizador dos festivais Rock in Rio, em 1990, começou a mudar o modo de os jornais cariocas perceberem como poderiam colaborar melhor tanto com o cativo

(e sua família) quanto com a polícia (e a Justiça): não silenciando e sim noticiando os crimes – desde que, logicamente, preservadas quaisquer informações financeiras que pudessem vir a estimular o apetite dos bandidos.

Hoje, como explica Luiz Garcia, entende-se que atender o pedido da família para que o seqüestro não seja noticiado “não ajuda o seqüestrado em nada e só facilita a vida do seqüestrador, além de criar um efeito multiplicador dos seqüestros”. Quebrar o silêncio foi determinante para que o Disque-Denúncia, criado em 1995 e administrado por Zeca Borges, funcionasse mais eficientemente no Rio do que em São Paulo⁷⁹. Aqui, o risco criado para os seqüestradores pela cultura da denúncia anônima feita por cidadãos de bem, que tomam conhecimento dos crimes pela imprensa, fez com que tal crime deixasse de compensar. Lá, a imprensa decidiu manter-se calada e os seqüestros continuam muito comuns. “Se isso não é causa e efeito...”, ironiza Garcia. Ele chegou a escrever uma coluna intitulada “O direito de denunciar” sobre o assunto:

Para que os cidadãos disquem para denunciar é importante, claro, que saibam que seqüestros andam acontecendo. O que ocorrerá se os meios de comunicação o informarem disso. (...) Infelizmente, isso é comprovado também pelo confronto com a atitude dos meios de comunicação de São Paulo, que não apenas atendem a todos os pedidos de sigilo sobre seqüestro como dão pouca importância ao registro de crimes em geral. E lá, mesmo sem o problema das favelas enquistadas em todos os cantos da cidade, crimes como seqüestro estão em alta. Cada um publica o que acha relevante, e não estou aqui para ensinar o ofício a ninguém. (...) Mas tenho certeza de que quase sempre publicar o que mexe com a vida do cidadão é melhor do que abusar de um suposto dever de o proteger de pedaços desagradáveis da realidade. (GARCIA, 2005, p.7).

Rodolfo Fernandes concorda com Garcia e oferece um exemplo – um exemplo, aliás, que serve também para o que Gois diz sobre a multiplicação e a aceleração da informação. O cativo do publicitário Washington Olivetto só foi estourado em 2002 porque a Rede Globo o anunciou, diferentemente dos jornais paulistanos em papel, que, fiéis a suas próprias avaliações, não o noticiaram. “Senão aquela menina na casa ao lado, que ouviu o cara bater na parede dizendo que era o Washington Olivetto, ia achar que era um trote”, lembra. “Se ela não

⁷⁹ Além de Rio e São Paulo, hoje também há telefones do Disque-Denúncia funcionando em Campinas, Caruaru, Itaperuna e Recife, além dos estados do Espírito Santo e de Goiás.

soubesse o que estava acontecendo, não teria avisado à polícia.” Para Fernandes, a quebra do silêncio na televisão pode ter salvo a vida do dono da agência W/Brasil.

Dar seqüestro é hoje uma regra muito clara. A gente dá seqüestro como um serviço. Nunca ninguém vai chegar para o *Globo* e dizer “foi seqüestrado um figurão do Rio de Janeiro, vamos evitar dar”. Isso não existe. Está muito claro que hoje em dia a gente noticia qualquer tipo de seqüestro. Mas, mesmo neste caso, com algumas condições. Por exemplo, a gente não noticia valor de resgate. Não dá ao bandido informações sobre o estado financeiro da vítima. (FERNANDES, 2005).

Agostinho Vieira acrescenta:

Não damos o patrimônio da família, evitamos dizer o valor do resgate porque isso pode servir de parâmetro para os seqüestradores etc. Mas publicamos a notícia e damos sempre, com destaque, a cara dos bandidos. Essa decisão não tem sido acompanhada pelos jornais de São Paulo, que não dão notícias de seqüestro. Mas acho que o tempo mostrou que tínhamos razão. Quando damos a notícia, publicamos a foto e divulgamos o telefone do Disque-Denúncia, a polícia tem muito mais chances de resolver os casos. Não podemos ser coagidos por bandidos. (VIEIRA, 2005).

Garcia, entretanto, não atribui a postura dos jornais paulistanos ao bairrismo ou a qualquer tentativa de esconder a violência local. Prefere a explicação urbano-geográfica. “São Paulo tem a população de classe alta e classe média de um lado e a marginal nas marginais (*dos rios Tietê e Pinheiros*)”, diz. “O crime e a violência têm lá os seus lugares definidos. Não mexem tanto com a vida da comunidade em geral.” Assim, como a pobreza que ocasiona a maior parte da violência está longe da vista de quem lê e de quem faz jornal, os órgãos de imprensa praticamente a ignoram em seus noticiários locais – e a exibem muito justamente escandalizados em seus noticiários nacionais, dando a falsa impressão de que o Rio de Janeiro, por exemplo, é uma cidade mais violenta do que São Paulo⁸⁰. Neste ponto, mais uma vez, vê-se como há uma relação dialética entre sociedade e imprensa, em que uma interage sobre a outra. Isso implica uma visão

⁸⁰ Ranking feito pelo Ministério da Saúde entre 2000 e 2004, com base nas estatísticas de mortes não-naturais (homicídios, mortes por arma de fogo sem causa determinada, suicídios e acidentes de trânsito), mostra que a violência paulistana é a maior do país e quase o dobro da carioca, segunda colocada: alcança um índice de 11,53, contra 6,75. Entretanto, o primeiro lugar no ranking isolado dos assassinatos é de Macaé (RJ), com 108,15 homicídios por 100 mil habitantes.

bem mais complexa do que a mera emissor-receptor. Ou, como diz Miquel Rodrigo Alsina:

A teoria da construção da temática (*agenda-setting*) aponta claramente que é muito possível que os mass media não tenham o poder de transmitir às pessoas como elas devem pensar ou atuar, mas o que conseguem sim impor ao público é o que ele há de pensar. Por ela, em princípio, se pode afirmar que a efetividade do discurso jornalístico informativo não está na persuasão (fazer crer) ou na manipulação (fazer fazer), mas simplesmente em fazer saber, em seu próprio fazer comunicativo. (ALSINA, 1989, p. 14).⁸¹

O que a imprensa pretende “fazer saber”, no entanto, é estabelecido não apenas por uma agenda própria, mas também pela percepção e pelo reflexo de mudanças na sociedade a que ela se dirige. Mudanças, claro, que ela também ajudou a ensejar. Logo, mesmo num tema como o suicídio, sobre o qual aparentemente paira um interdito imutável, alterações significativas podem ser percebidas num período relativamente curto, do ponto de vista histórico. Duas gerações. Ou cinquenta anos. É esta a distância entre a morte de Getúlio Vargas (1954) e o ano objeto de análise mais detalhada (2004) no presente estudo.

4.2

A cobertura do ‘Globo’ em 2004

Para lembrar o ex-presidente, *O Globo* publicou, no dia 22 de agosto de 2004, um caderno especial de 16 páginas sobre sua vida e sua morte. Durante todo o ano, o suicídio de Vargas mereceu – expurgadas matérias secundárias, sobre exposições e documentários, por exemplo – 60 menções nas páginas do jornal. Parece muito, mas trata-se, como vimos, de um suicídio fixado no passado, épico, altruísta, para usarmos a denominação de Durkheim. Ao matar-se por uma causa

⁸¹ La teoría de la construcción del temario (*agenda-setting*) apunta claramente que es muy posible que los mass media no tengan el poder de transmitirle a la gente cómo deben pensar o actuar, pero lo que sí consiguen es imponer al público lo que han de pensar. Por ello, en principio, se puede afirmar que la efectividad del discurso periodístico informativo no está en la persuasión (hacer creer) o en la manipulación (hacer hacer), sino sencillamente en el hacer saber, en su propio hacer comunicativo.

maior do que a sua própria vida, “o Brasil, o povo”, Getúlio Vargas de certa forma se inocentou do pecado de ter infringido um tabu. Exatamente como os mártires da fé ou da coletividade estudados pelo sociólogo francês.

A linguagem utilizada pelo editorial de *O Globo* do dia 24 de agosto de 2004, 50º aniversário da morte do presidente, admite isso quando diz:

Poucos fatos da História se eternizaram como o suicídio do presidente Getúlio Vargas. O tiro que Vargas disparou no coração na manhã de 24 de agosto de 1954, talvez o gesto pessoal mais ousado da crônica da nossa República, transcende o ato em si. Além de sacramentar a entrada de Vargas na História como uma espécie de mártir do povo – como ele próprio intuiu e registrou na carta-testamento – o suicídio teve até mesmo o poder de adiar por uma década uma ruptura institucional cujas raízes, profundas, vinham do movimento tenentista da década de 20⁸². (s/a, 2004, p. 6).

Luiz Garcia começou a trabalhar como jornalista em 1953, ano anterior ao suicídio de Vargas. Não só isso. Seu primeiro emprego foi na *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, vizinho de prédio da família Garcia na Rua Toneleros 180, em Copacabana. Nesta condição, cobriu parte do julgamento de Gregório Fortunato. “No tempo de Vargas sequer se discutia essa questão de não publicar suicídio”, conta. “Não me lembro de este assunto ser discutido. Mas não era uma decisão tomada, de publicar ou não publicar. Publicava-se naturalmente, não se encarava isso como uma questão.” Em 1957-1958, Garcia estudou, numa bolsa conseguida pelo próprio Lacerda, na mesma Universidade de Columbia que, anos antes, inoculava com a idéia então revolucionária do *lead* o pessoal do *Diário Carioca*. Garcia ficou na *Tribuna da Imprensa* até o Golpe de 64, trabalhou brevemente no *Globo* e nas sucursais cariocas dos principais jornais paulistanos. Até ali, não ouviu ou participou de nenhuma discussão ética sobre o suicídio. “Não é que os jornais não fossem éticos ou fossem éticos”, afirma. “É que não era uma questão que se considerava necessário discutir.”

Na *Veja*, onde trabalhou de 1972 a 1974, como correspondente em Washington, a questão ética era suplantada pela proeminência dos mortos: “A revista não trabalhava com o noticiário corriqueiro, mas apenas com o suicídio de pessoas muito famosas.” Trinta e um anos atrás, de volta ao Brasil e,

⁸² O editorial se refere ao golpe militar de 31 de março de 1964.

definitivamente, ao *Globo*, então dirigido por Evandro Carlos de Andrade, Garcia pela primeira vez se viu num país e num jornal onde havia discussões éticas a serem travadas, entre elas a do suicídio. Contudo, por ter estado no exterior dois anos, ele hoje não consegue estabelecer um marco para a mudança de comportamento da imprensa brasileira em relação ao tema, de comum e escandaloso a raro e discreto.

Cabe registrar, porém, que o retorno de Garcia ao Brasil praticamente coincide com a suposto suicídio do jornalista Vladimir Herzog nas instalações do DOI-Codi de São Paulo, de 24 para 25 de outubro de 1975. Em 2004, por sinal, cinco matérias publicadas pelo *Globo* lembraram a morte suspeita de Herzog, cujo corpo com marcas de tortura à época gerou uma crise no seio do próprio regime militar. O pretexto foi a publicação, pelo *Correio Braziliense*, de fotos de um homem ainda vivo, nu e desconsolado no DOI-Codi: provavelmente o então diretor de jornalismo da TV Cultura. A sua viúva Clarice Herzog reconheceu-o. Para a Agência Brasileira de Informação (Abin), entretanto, o homem na foto não seria Herzog, mas outro investigado pelos órgãos de segurança da ditadura, não em 1975, mas em 1974. A identidade deste suposto outro preso não foi revelada.

Além das 60 matérias sobre Getúlio Vargas e das cinco sobre Vladimir Herzog, dois outros suicidas ou supostos suicidas do passado brasileiro foram objeto de reportagens do *Globo* durante o ano de 2004: Tito de Alencar Lima, o Frei Tito, e Iara Iavelberg. O primeiro enforcou-se em L'Arbreste, no sul da França, em 1974. Segundo decisão da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos políticos, tomada em 10 de agosto (e registrada no jornal na edição do dia seguinte), sua família ganhou direito a indenização porque concluiu-se que seu suicídio decorreu das seqüelas físicas e psicológicas deixadas pelas torturas a que foi submetido pelo regime militar. Já Iara se matou a bala em Salvador, Bahia, em 1971. Segundo a mesma comissão, em decisão anunciada pelo *Globo* para 1º de dezembro, a militante política e última companheira do guerrilheiro Carlos Lamarca se suicidou porque estava acuada pelo Exército no seu encalço. Iara também ganhou direito a indenização do governo. No caso dela, a reportagem de Evandro Éboli, da sucursal de Brasília, menciona o tabu religioso enfrentado pelos Iavelberg:

Em 2003, a família de Iara obteve na Justiça direito de exumar o seu corpo, enterrado no Cemitério Israelita de São Paulo. A mãe e os três irmãos de Iara contestam a versão de que a ex-guerrilheira se suicidou e querem tirar seus restos mortais da ala de suicidas do cemitério judaico. Para os judeus, o suicídio é considerado ofensa e, por isso, o corpo é enterrado de costas e próximo do muro do cemitério, longe do túmulo da família. (ÉBOLI, 1º/12/2004, p. 13).

As duas decisões da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos cumpriram, além de sua função precípua de restauração histórica, outra missão, simbólica: ao reconhecerem a culpa do regime militar pela morte de Frei Tito e de Iara Iavelberg, de certa forma os absolveu de seu próprio suicídio, dando sustento às alegações da família dela (e, possivelmente, da do religioso também).

Somados, os textos sobre os suicídios altruístas de Getúlio Vargas, Vladimir Herzog, Frei Tito e Iara Iavelberg totalizam 67 – quase metade – das 142 menções ao tema nas páginas do *Globo* no decorrer de 2004. Das 75 restantes, 37 mencionam o suicídio de maneira mais ou menos genérica, por tratar do tema ou em abstrato ou fazendo referência a acontecimentos distantes do tempo etc.. São estudos (por exemplo, sobre o crescimento do número de casos de suicídio entre os soldados americanos servindo na Guerra do Iraque), entrevistas (com o cientista político alemão Rolf Tophoven, sobre o ataque terrorista islâmico a uma escola de Beslam, Ossétia do Norte), artigos (do cronista Luis Fernando Verissimo e dos jornalistas Ali Kamel e Mauro Ventura), recapitulações (uma nova hipótese ligando o Brasil ao atentado à Associação Mutual Israelense Argentina, em Buenos Aires, no ano de 1994, no qual morreram 85 pessoas) e ameaças não-consumadas por homens-bomba (contra o estádio Old Trafford, do Manchester United).

Ou seja: apenas 38 no total de 142 são notícias sobre mortes voluntárias de fato ocorridas em 2004. Ainda assim, destas, menos de 25% – nove – ocorreram fora do contexto de atentados terroristas. Todas as outras 29 noticiam a morte em ação de militantes radicais no Paquistão, no Afeganistão, no Iraque, na Palestina, em Israel, na Turquia, na Rússia, na Espanha e até na Bolívia. Com exceção desta última, efetuada por um mineiro desempregado dentro do anexo do Congresso

boliviano⁸³, em La Paz, no dia 30 de março, as outras 28 foram praticadas por muçulmanos, o que, para utilizarmos a definição de Alsina, pode “fazer saber” ao leitor algo enganoso, ou seja, que o Islã é leniente para com a morte voluntária. Entretanto, isto não seria verdade. No islamismo, a condenação do suicídio é similar à do judaísmo e à do cristianismo. Bane o fiel dos campos santos e envergonha as famílias. Só se pode cometê-lo em nome de Deus. Jamais em nome do fiel.

Mais especificamente ainda, destes únicos nove casos (sendo que um envolve as mortes de nove jovens japoneses que fizeram um pacto) de suicídio não associado a terrorismo, apenas três foram cometidos no Estado do Rio de Janeiro, um em São João do Meriti, o outro em São Pedro D’Aldeia e o terceiro na capital. O que nos leva à questão da proximidade levantada anteriormente por Garcia⁸⁴. Se a possibilidade de um dado suicídio despertar, no bojo da reação a ele, um outro suicídio (configurando o “contágio” ou a “imitação”) está na proporção direta da proximidade com quem a cometeu, faz sentido que dos 96 casos registrados pela pesquisa do Ministério da Saúde que visava estabelecer o ranking das cidades brasileiras com mais mortes violentas⁸⁵ somente um tenha sido registrado no jornal.

Esta, ao menos, seria uma boa teoria conspiratória. Porque uma porcentagem certamente maior dos 2.220 homicídios anotados pela mesma pesquisa no Rio de Janeiro em 2004 chegou às páginas do *Globo*. Embora ele não adote a linha popularesca do “se espremer, sai sangue”, raro é o dia em que não traga a notícia de ao menos um assassinato. Logo, de alguma forma, e o depoimento de Garcia o confirma, teme-se que a publicação da notícia de um suicídio estimule algum leitor a cometer outro suicídio.

Em *Ideologia e técnica da notícia* (1982), Nilson Lage destaca seis itens que, no campo da avaliação empírica, estabelecem se uma notícia merece ou não ser publicada, isto é, se ela vai ou não interessar ao leitor. São eles a proximidade,

⁸³ Tipicamente, o governo boliviano rapidamente negou que a ação que matou dois policiais – além do mineiro, identificado como Eustáquio Picachuri, de 47 anos – e feriu outros dez configurasse um ataque terrorista. Durante “uma coletiva de imprensa especialmente convocada para tranquilizar a população”, o então presidente Carlos Mesa chegou a qualificar Picachuri como “uma pessoa desesperado com um conjunto de petições de caráter estritamente pessoal”.

⁸⁴ Cf. declaração p. 115.

⁸⁵ Cf. nota p. 120.

a atualidade, a identificação, a intensidade, o ineditismo e a oportunidade. Trocando em miúdos: cada notícia publicada correlaciona internamente um, dois ou vários desses itens, criando aí um valor jornalístico.

Como “a noticiabilidade dos acontecimentos é uma valoração assumida socialmente, embora não necessariamente compartilhada” (ALSINA, 1989, p. 108), é importante ressaltar que a proximidade pode ser mais do que meramente física. “O raciocínio corrente é de que o homem se interessa principalmente pelo que lhe está próximo. No entanto, esta proximidade varia tanto com as trocas materiais (o comércio) quanto com as trocas culturais ou populacionais (migrações)” (LAGE, 1979, p. 67). Para o meu propósito, isto significa que o “próximo” pode ser o padeiro vizinho que comete o suicídio, mas também, dependendo do caso, o personagem romântico de uma novela alemã do século XVIII ou um roqueiro angustiado de Seattle⁸⁶. Ambos se enquadram na categoria das “trocas culturais”.

Se o objetivo desta pesquisa é comprovar e, na medida do possível, entender o temor de que alguma notícia publicada possa trazer – para usar a expressão constante no *Manual de redação e estilo* do *Globo* – “risco para a segurança pessoal de pessoa inocente” parece-me natural que ela se detenha mais meticulosamente sobre aqueles casos que, de acordo com o peso dos fatores proximidade e identidade, se afigurem mais potencialmente perigosos. Ou seja os três acontecidos no Estado do Rio, embora sobre o de Meriti haja exigüidade de dados.

Abordarei também, por se valerem da mesma linguagem, os seis únicos outros casos em que o(s) suicida(s) não era(m) terrorista(s), pois parece-me necessário estabelecer algum parâmetro pelos quais eles possam ser medidos em seu “valor jornalístico”. Em cinco deles, o morto ganhou o direito de ser metaforicamente enterrado sob as páginas do jornal ainda portando nome, sobrenome, humanidade. Se tomarmos esta deferência como uma metáfora para o túmulo individualizado, podemos lembrar José Carlos Rodrigues em *Tabu da morte*:

⁸⁶ Em tempo: duas semanas depois de Kurt Cobain cometer suicídio, em 1994, *O Globo* enviou a Seattle o seu correspondente em Washington, José Meirelles Passos, com a missão de estabelecer uma “geografia sentimental” do líder da banda Nirvana. O resultado foi publicado em duas páginas inteiras do *Segundo Caderno* de 22 de abril daquele ano.

(...) O túmulo individualizado, quer pela escritura quer pela representação da figura do morto, era um luxo. Para o mortal comum, a única marca que aponta para uma sobrevivência simbólica no aqui é uma marca coletiva, a grande cruz plantada no meio do terreno de inumação, sobre a qual periodicamente se escrevia um epitáfio coletivo, dirigido a todos os vivos por todos os mortos e ainda presente nos cemitérios das cidades do século XIV. (RODRIGUES, 1983, p. 127).

Como contraponto a esta individualização lançarei mão também de dois exemplos de notícias de atentados cometidos por homens ou mulheres-bomba. É importante frisar, de imediato, que os atentados terroristas de 11 de março de 2004, em Madri, perpetrados pela al-Qaeda e que mataram 191 pessoas, não lançaram mão de homens-bomba, apesar das suspeitas iniciais. Os explosivos foram acionados por celulares. Na caçada policial aos responsáveis é que cinco deles, cercados num apartamento da capital espanhola, cometeram suicídio.

Conquanto a identidade de um ou outro terrorista suicida (altruísta) possa vir a ser estabelecida, freqüentemente em vídeos preparados antes da ação, a reclamar a autoria dos atentados e um lugar no Paraíso, o que sempre lhes é negado é justamente o direito à humanidade. Isto diz respeito não somente ao caráter “desumano” – termo extremamente auto-benevolente, posto que apenas o bicho homem comete atos desumanos – de sua ação, mas também à velha idéia de que o suicídio tem algo de “sobre-humano” – de louco ou de demoníaco. No dia-a-dia, não raro a sua morte sequer é computada claramente entre as causadas pela própria ação terrorista. Não foi o caso, excepcionalmente, do mineiro boliviano.:

Três pessoas morreram dentro de um anexo do Congresso da Bolívia depois que um suicida detonou explosivos que levava junto ao corpo, na tarde de ontem. Além do suicida – um mineiro desempregado – morreram na explosão dois policiais que tentavam negociar com ele. (s/a, 31/3/2004, p. 35).

A ambigüidade quanto à inclusão da morte do suicida ou dos suicidas entre as vítimas de sua própria ação tem, parece-me, o propósito de apaziguar a consciência do leitor, de afastá-la do fato de que ao menos uma daquelas pessoas – que no Iraque ocupado por vezes atingem a casa das centenas – morreu voluntariamente. O choque pela brutalidade de sua ação soterra esta evidência igualmente perturbadora. O que acontece, portanto, é duplamente ambíguo: o terrorista suicida é condenado, mas não pela sua própria morte. Assim sendo, seu

fim individual pode ser desinfetado e inscrito na ordem da normalidade e se tornar inócuo. Ao menos, naturalmente, para o leitor brasileiro. São conhecidos os efeitos multiplicadores das suas ações e, logo, dos seus suicídios, entre os jovens árabes sem perspectivas que vêem no martírio islâmico um atalho para o Paraíso.

4.2.1

Uma jovem palestina em Jerusalém

No dia 23 de setembro, *O Globo* publicou, em sua página 31, editoria O Mundo, a notícia de um atentado a bomba contra guardas de fronteira israelenses em Jerusalém, cometido por uma palestina de 18 anos, Zeinab Ali Issa Abu Salem. Naquele momento, tratava-se do primeiro atentado do tipo na cidade em sete meses. A matéria foi publicada em seis medidas – ou seja, ocupando toda a largura da folha tamanho *standard* do jornal – no meio da página, abaixo de uma reportagem sobre o risco de epidemias no Haiti após a passagem da tempestade tropical Jeanne e acima de um anúncio e de uma coluna de três notas: uma sobre o programa nuclear iraniano; outra sobre o novo diretor da CIA; e a terceira sobre um talibã americano que combinou sua libertação com o Departamento de Estado.

Isto significa que ela não foi escondida pela edição da página: quem “fechou” a notícia do ataque suicida julgou-a – possivelmente levando em conta os mesmos itens de avaliação empírica que Lage chama de atualidade, ineditismo (no caso, pelos últimos sete meses) e oportunidade – merecedora não só deste espaço, como ainda de uma foto, que chama a atenção do leitor para o texto, sinalizando-lhe a importância. A foto colorida mostra um dos 17 feridos no atentado sendo socorrido por médicos israelenses.

É na linguagem utilizada, porém, que se apresentam os estratagemas característicos, embora dificilmente conscientes, para se desviar o foco do suicídio da terrorista. A palavra “suicida”, aliás, aparece apenas uma vez, no título, lugar de destaque, mas apenas ali: “Palestina suicida mata 2 em Israel”. O subtítulo traz: “Jovem de 18 anos detona bomba em Jerusalém pela primeira vez em sete meses”.

JERUSALÉM. Uma mulher-bomba palestina matou ontem dois policiais de fronteira israelenses e feriu outras 17 pessoas num atentado em Jerusalém, o primeiro do tipo em sete meses na cidade. Paralelamente, o primeiro-ministro Ariel Sharon

anunciou que a retirada unilateral israelense dos 21 assentamentos da Faixa de Gaza e de quatro na Cisjordânia começará em meados de 2005 e durará um ano.

O ataque ocorreu no bairro de French Hill, na parte oriental da cidade, habitada majoritariamente por árabes e tomada da Jordânia em 1967. A palestina Zeinab Ali Issa Abu Salem, de 18 anos, aproximou-se de um ponto de carona usado por soldados e, ao ser abordada pelos policiais, detonou os explosivos que levava numa bolsa. Os guardas de fronteira Menaché Komami, de 19 anos, e Mamoya Tahyo, de 20, morreram.

– Ela jogou o corpo para trás e houve a explosão – contou uma testemunha, Debbie Segal, à Rádio do Exército.

As Brigadas dos Mártires de al-Aqsa disseram que o atentado foi uma resposta à morte de cinco de seus militantes pelo Exército israelense em Nablus na semana passada. A mulher-bomba era do campo de refugiados de al-Askar, na Cisjordânia, tinha nove irmãos e, segundo sua família, acabara de passar nos exames do Ensino Médio. O premier palestino, Ahmed Qorei, condenou o atentado. (...) (s/a, 23/09/2004, p. 31).

Note-se que o texto não utiliza nem a palavra “suicida” nem a palavra “suicídio”. A morte de Zenaib está apenas e tão-somente subentendida na descrição de sua ação. Ela sequer foi contabilizada entre as duas ocorridas no atentado.

4.2.2

O dia mais violento no Iraque

No dia 3 de março, a mesma editoria O Mundo havia dedicado uma página inteira, a de número 33, àquele que, como dizia o título da matéria, era “O dia mais sangrento no Iraque” até então, desde a queda do ditador Saddam Hussein e da ocupação do país por forças anglo-americanas. Na véspera, uma série de ataques na capital, Bagdá, e em Karbala havia matado mais de 180 pessoas e deixado quase 500 feridos. Em ambas as cidades, os homens-bomba se infiltraram em multidões que festejavam a Achura, maior festa do calendário dos muçulmanos xiitas. Nela, lembra-se a morte do imã Hussein, neto do profeta Maomé, numa batalha perto de Karbala, no ano 680, travada por ele se recusar a jurar lealdade ao califa Yazid, da dinastia rival dos omíadas. Hussein foi decapitado e sua cabeça levada para Damasco. O fato marca a separação definitiva

entre sunitas, seguidores da tradição, e xiitas, seguidores de Ali, pai do imã morto e genro de Maomé.

O outro Hussein, Saddam, pertence à minoria sunita do Iraque e durante o seu governo (1979-2003), a festa foi proibida em todo o país. O principal suspeito pelo planejamento dos atentados do 2 de março é o terrorista jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, braço da rede al-Qaeda no Iraque. Não se pode, contudo, afastar a hipótese de eles terem sido obra da resistência sunita, descontente com a queda de Saddam e a ocupação militar. Tudo isso, e bastante mais, está dito ou sugerido na página do *Globo*, tanto no noticiário principal quanto num box histórico sobre a Achura e num infográfico sobre os principais atentados no Iraque.

Constam ainda da página uma foto em preto-e-branco (maior) de um ferido aguardando socorro em meio a destroços e corpos despedaçados em Karbala e outra foto em preto-e-branco (menor) mostrando os xiitas golpeando-se na cabeça até sangrarem, para rememorar o sofrimento do imã Hussein. O material todo mereceu chamada na primeira página do jornal.

Dada a dimensão da série de atentados, compreensivelmente não há o nome das vítimas ou dos terroristas. Estes são mencionados brevemente.

(...)

Mais de dois milhões de fiéis se reuniram em Bagdá e Karbala para os festejos, os primeiros em décadas, pois eram proibidos por Saddam. Na capital, três terroristas suicidas mataram 70 pessoas perto da Mesquita de Kadhimiya. Um quarto terrorista foi preso antes de detonar os explosivos que levava consigo.

– Vi um homem andar para dentro da multidão e explodir. Ele simplesmente dissolveu-se no ar – contou um zelador da mesquita.

Após as explosões, uma multidão de milhares de pessoas marchou até uma base americana e atacou os soldados com pedras.

Em Karbala, a chacina foi responsabilidade de um único suicida, junto com morteiros e explosivos escondidos na multidão. Pelo menos 112 pessoas morreram em seis explosões ocorridas por volta de 10h (hora local). (...) (s/a, 3/3/ 2004, p. 33).

Neste texto, diferentemente do relativo ao atentado executado pela jovem palestina, há referências a suicidas. Os quatro terroristas (três em Bagdá e um em Karbala) são assim qualificados, bem como é mencionado um quinto, que não conseguiu detonar os explosivos que levava consigo e foi preso na capital. Tal qual a notícia analisada anteriormente, porém, suas mortes são apenas sugeridas, recebendo uma ligeira ênfase graças à cinematográfica descrição do zelador da mesquita de Khadimiya (“dissolveu-se no ar”).

Tanto no primeiro caso quando neste, o essencial da notícia está no resultado do ato terrorista e não no detalhe que ele próprio foi, por assim dizer, detonado por quatro suicídios em nome da fé. Não se trata, mais uma vez, de apenas desviar a atenção do leitor, de modo que ele não se detenha nas motivações de alguém disposto a sacrificar a própria vida por uma causa, mas, também, de encarar este gesto política e existencialmente radical como ordinário. Essa “naturalidade”, associada ao preconceito ocidental sobre o mundo islâmico, neutraliza a universalidade do suicídio. Ele se torna coisa de fanático, de maluco, do Outro, não de gente normal. Assim, o leitor pode ler o jornal tranqüilamente.

O mesmo *O Globo*, entretanto, informou no dia 13 de maio que um estudo publicado na revista *New Scientist* dizia que a imagem estereotipada dos terroristas suicidas como fanáticos religiosos não corresponde à verdade. O autor do artigo, Michael Bond, analisou 500 atentados em que o terrorista se matou, ocorridos no mundo inteiro desde 1980, para chegar a esta conclusão. Para Bond, “este tipo de terrorista não é menos racional ou está menos mentalmente são. Não tem um menor nível de educação nem é mais pobre. Tampouco é mais religioso do que os outros terroristas” (p. 32).

Na notícia, Bond ressaltava que este resultado é mais alarmante do que o estereótipo porque aumenta enormemente o campo de surgimento para novos terroristas suicidas. “Havendo as circunstâncias adequadas, qualquer um pode se tornar um terrorista”, afirmou. Em outras palavras, qualquer um também pode se tornar um suicida. Mas quais seriam as circunstâncias adequadas? Para Bond, a formação, pelas organizações, de pequenos grupos de voluntários que se tornam alvo de intensa doutrinação ideológica. “Este sentido de serviço à comunidade, mais especialmente a uma irmandade de companheiros, é a razão mais importante pela qual se persuadem pessoas racionais a se converterem em terroristas suicidas”, concluiu Bond. Destaque-se que, embora se apresente como

ousadamente nova tanto nos termos do artigo da *New Scientist* quanto nos da notícia do *Globo*, a proposição é inteiramente compatível com o que Durkheim escreveu em *O suicídio*, mais de um século antes.

4.2.3

O pacto suicida dos jovens japoneses

No dia 13 de outubro, a editoria O Mundo do *Globo* noticiou, em sua página 24, a descoberta dos corpos de nove jovens japoneses, mortos por asfixia, dentro de dois carros alugados. Numa camionete estacionada perto de Saitama, 50 quilômetros a oeste de Tóquio, a polícia encontrou quatro homens e três mulheres, com idades variando entre 20 e 30 anos. Em Kanagawa, 50 quilômetros ao sul da capital do Japão, um carro parado em frente a um templo escondia os cadáveres de mais duas mulheres, igualmente jovens. Em ambos os veículos, os mortos haviam acendido fogareiros e morrido intoxicados por monóxido de carbono, pois as janelas tinham sido fechadas.

A notícia ocupa quatro colunas no meio da página. Não há fotos. Acima dela está reportagem sobre a investigação oficial da morte de uma adolescente palestina com mais de 20 tiros disparados por soldados israelenses. Eles suspeitaram que Iman al-Hams carregava explosivos em sua mochila e atiraram nela quando ela estava a 70 metros do seu posto, no campo de refugiados de Rafah. Os soldados denunciaram seu comandante pela morte. Ao lado da notícia sobre o pacto suicida no Japão está uma coluna com duas notas, uma sobre a libertação de um mafioso na Itália e outra sobre negociações entre EUA e Irã em torno do programa nuclear. Na parte inferior da página, vem a seção Ciência e Vida, tratando, entre outras coisas, de um estudo italiano que associa genes à homossexualidade. A notícia oriunda do Japão mereceu chamada na página dois do jornal.

A linguagem da matéria sobre as mortes voluntárias é direta. Diz o título: “Pacto suicida entre 9 jovens no Japão”. Diz o subtítulo: “Casos de morte coletiva no país podem ter sido organizados pela internet”. O *lead* é igualmente objetivo:

TÓQUIO. Os corpos de nove jovens japoneses mortos por asfixia foram encontrados ontem em dois carros alugados, em dois lugares perto de Tóquio, no que é provavelmente o maior caso de suicídio coletivo no país. A polícia investiga se as mortes foram organizadas pela internet. (s/a, 13/10/2004, p. 24).

O texto se destaca é pelo contexto, pelas informações que complementam a notícia propriamente dita, da metade para o final, como se lê a seguir:

(...)

Além de a polícia não encontrar indícios de violência, os jovens deixaram mensagens relatando a intenção de se matar. Na camionete estava o testamento de uma das vítimas pedindo desculpas pelo suicídio. Uma outra havia enviado na segunda-feira um e-mail a um amigo avisando que ia se matar.

– A mensagem indicava o local preciso do suicídio, e o amigo nos avisou – declarou o porta-voz da polícia de Saitama.

No carro em Kanagawa também foi encontrada uma nota: “Não se trata de assassinato. Nós planejamos isto.”

Não se sabe se os casos estão relacionados, mas o método leva a polícia a suspeitar de ligação com a internet. Recentemente o Japão tem observado uma onda de suicídios nos quais as pessoas usam a internet para buscar companhia para morrer.

Dezenas de sites sobre suicídio foram criados recentemente no Japão e muitos oferecem conselhos de como se matar. No entanto, especialistas dizem que não adianta culpar a internet e que um olhar mais atento deveria ser lançado à sociedade em que os casos ocorrem.

Segundo a polícia, 24 pessoas cometeram suicídio coletivo desde o ano passado, em atos organizados pela internet. Desde janeiro foram 20, contando as vítimas de ontem. (*ibidem*).

O trecho final do texto parte do que há de específico na notícia para o geral, situando a descoberta dos corpos no dia 12 de outubro dentro de um quadro maior de suspeição: o de que a internet estaria ajudando a alastrar a idéia do suicídio entre os jovens – isto no seio de uma sociedade já normalmente menos horrorizada com ele do que a ocidental. O contágio aqui se daria, apropriadamente, como um vírus – de computador. Um velho perigo atualizado pela tecnologia.

Talvez valha a pena fazer somente um ligeiro reparo histórico ao texto publicado pelo *Globo* a partir de material enviado pelas agências de notícia. Certamente o caso de Saitama/Kanagawa não é “o maior caso de suicídio coletivo no país”. Em tempos de paz, talvez. Porque, na Segunda Guerra, por fidelidade ao imperador ou por vergonha da derrota, unidades inteiras do Exército cometeram haraquiri, o tradicional suicídio ritualizado, praticado em nome da honra.

A eles se aplica o que Durkheim escreve ao examinar o suicídio de tipo de altruísta: “Se o homem se mata, não é porque se arroga o direito, mas, o que é bem diferente, *porque tem o dever*” (2000, p. 272). Se o indivíduo foge a esse dever, advêm a desonra e os castigos religiosos porque, do mesmo modo que a sociedade veda a morte voluntária de seus membros, ela também pode obrigá-los a se destruir. Para ele, ao suicida egoísta, ela fala uma linguagem que “o desliga da existência”; ao altruísta, ela “prescreve formalmente abandoná-la” (p. 273). Para Durkheim, em ambos os casos o sacrifício é imposto pelos fins sociais.

Não nos cabe, aqui, tentar adivinhar as motivações por trás dos suicídios dos nove jovens de Saitama/Kanagawa, embora a explicação padrão de que eles se encontram pressionados por uma sociedade extremamente competitiva e ritualizada seja razoável, para não dizer tentadora. Insistir nisso, porém, poderia implicar resvalar no etnocentrismo fantasioso de que o próprio Durkheim não escapa ao falar dos japoneses, que se matariam pelas razões mais insignificantes: “Conta-se até que eles praticam uma espécie de duelo estranho em que os adversários lutam, não usando a habilidade de se atingirem mutuamente, mas a destreza de abrir seus ventres com as próprias mãos” (*ibidem*, p. 276-277).

4.2.4

Um executivo italiano da Parmalat

No dia 24 de janeiro, na página 35 do jornal, a editoria de Economia noticiou o suicídio, na Itália, de um assessor financeiro da Parmalat, Alessandro Bassi, de 32 anos. O registro se insere no contexto específico – o que, de certa forma, o afasta e isola do leitor carioca tanto quanto o caso dos jovens japoneses – de um escândalo envolvendo quantias astronômicas na companhia de leite e derivados que, até então, atuava vigorosamente no mundo, inclusive no Brasil. Como desdobramento de um caso rumoroso, o que nos remete ao item atualidade

da lista de Lage, a morte abre um noticiário que, de maneira alguma, se detém nela.

Na verdade, o suicídio de Bassi funciona praticamente como um “gancho” para atrair a atenção de um leitor que, de outra forma, o jornal correria o risco de perder por exaustão diante de um assunto àquela altura velho de duas semanas nas páginas. O título, sobretudo, tem enorme poder de atração: “Parmalat: assessor financeiro se mata na Itália”. E ainda é reforçado pelo subtítulo: “Funcionário trabalhava com os ex-diretores Fausto Tonna e Luciano Del Soldato, presos devido a fraudes contábeis”. Bassi ocupa os três primeiros parágrafos do material, que totaliza 12 parágrafos e teve chamada na primeira página do jornal, e depois sai de cena, para não mais ser citado, nem nos dias seguintes:

PARMA e MILÃO. Alessandro Bassi, assessor financeiro da Parmalat, suicidou-se ontem se jogando de uma ponte, na cidade de Rubbiano di Solignano, próxima a Parma, segundo informou a polícia. Bassi trabalhava diretamente com os ex-diretores financeiros da Parmalat Fausto Tonna e Luciano Del Soldato, dois dos 11 presos devido ao escândalo de mais de US\$ 12 bilhões em fraudes envolvendo a companhia. A polícia local apressou-se em descartar a hipótese de assassinato.

– É claramente um suicídio. Um pedestre o descobriu – disse um policial.

Bassi, de 32 anos, era empregado do departamento financeiro da Parmalat e foi interrogado por juízes esta semana, mas não estava sob investigação. Em nota divulgada ontem, Enrico Bondi, administrador responsável pela tentativa de reerguer a Parmalat, expressou condolências à família, que, por sua vez, disse a jornalistas que Bassi estava muito estressado com o escândalo financeiro.

(...) (s/a, 24/1/2004, p. 35).

O suicídio emerge das palavras claramente como um suicídio de honra, altruísta. Para retomar Durkheim, Bassi não exerceu um direito ao tirar a própria vida. Pelo contrário, ao agir assim, obedeceu a uma pressão social sobre a sua consciência individual, foi forçado a fazê-lo por vergonha da desonra de estar, de alguma forma, associado a atos ilícitos. O texto, simultaneamente, se empenha em afastar de modo enfático a suspeita de assassinato, comum nas circunstâncias de uma quadrilha lutando para salvar a pele. Tal movimento é contrário ao que se vê mais comumente (veremos adiante) nas páginas dos jornais: o de colocar em

dúvida a ocorrência do suicídio, levantando a hipótese de um assassinato disfarçado.

Na mesma página 35, há ainda uma foto colorida do ex-diretor financeiro Fausto Tonna, no momento de sua prisão, dez dias antes; duas matérias oriundas do Rio de Janeiro (“Produtor do Rio quer duplicata da empresa”) e de São Paulo (“No Brasil, metade da produção está parada”); e, em seu miolo, um anúncio colorido, irregular no formato, do lançamento de um filme nacional.

Há, porém, um interessante e pequeno box na metade interna da página, a da esquerda, por se tratar de página ímpar. Sob o título “Suicídios no mundo corporativo”, historiam-se três casos recentes de mortes voluntárias praticadas por altos funcionários de grandes empresas. O primeiro é o do americano John Clifford Baxter, ex-vice-presidente da notoriamente fraudulenta Enron. O segundo, do sul-coreano Chung Mong-hun, diretor-executivo da Hyundai Asan, braço turístico do grupo Hyundai. Baxter deu um tiro na cabeça. Chung, acusado de ter enviado US\$ 500 milhões para Coreia do Norte, pulou do seu escritório num 10º andar.

O terceiro parágrafo do box merece reprodução integral por sua vinculação ao caso anterior, o dos jovens envolvidos num pacto: “O Japão, país do *seppuku* (suicídio ritual), não fica de fora. No fim dos anos 90, durante uma crise do sistema bancário, vários executivos se suicidaram, incluindo Takayuki Kamoshida, presidente do Banco do Japão, em maio de 1998.” (s/a, 24/1/2004, p. 35).

4.2.5

O fim da carreira do ‘Dr. Morte’

No dia 14 de janeiro, a editoria O Mundo havia publicado, à página 28, a notícia de que Harold Shipman, mais conhecido como Dr. Morte, médico considerado o maior assassino em série da história da Grã-Bretanha, havia sido encontrado morto em sua cela na penitenciária Wakefield, em West Yorkshire, no dia anterior. Na data da edição de *O Globo*, Shipman estaria completando 58 anos. Ele estava preso desde 2000, quando fora condenado, pela morte de 15 pacientes, a 15 penas perpétuas consecutivas. Uma investigação subsequente, no entanto, revelou que o médico havia matado ao menos 215 pacientes, talvez 260,

sobretudo mulheres idosas que viviam sozinhas, com doses letais de heroína, desde 1977.

Casado e pai de quatro filhos, ele nunca admitiu os crimes, para os quais, como sói acontecer, havia tentativas divergentes de explicação: para uns, o médico queria brincar de Deus; para outros, ele ficara traumatizado com a morte da mãe, que tinha câncer e tomava heroína para aliviar a dor. Com este currículo, não causa espanto que o provável suicídio de Shipman ficasse em segundo plano.

(...)

Funcionários da Penitenciária Wakefield, em West Yorkshire, encontraram-no pela manhã, pendurado numa forca feita com lençóis presos às barras da janela. Eles ainda tentaram reanimá-lo, mas não conseguiram. Shipman esteve sob vigilância em outras prisões porque as autoridades temiam que cometesse suicídio. Mas segundo Jane Parsons, porta-voz do Serviço Penitenciário britânico, ele não parecia oferecer risco à própria vida.

– Seu comportamento não era causa de preocupação. E ele não havia recebido ameaças – contou Parsons.

Embora os indícios apontem para suicídio, será aberta uma investigação.

(...)

Os parentes das vítimas estavam revoltados com a notícia do suicídio, reclamando que assim nunca saberão por que os pacientes foram mortos.

– Foi uma saída fácil para ele. Shipman nunca demonstrou remorso, e agora a porta está fechada para nós – declarou Jane Ashton-Hibbert, cuja avó, Hilda, foi assassinada. (s/a, 14/1/2004, p. 28).

Nas declarações tanto da porta-voz do Serviço Penitenciário britânico quanto da neta de uma das vítimas de Shipman, encontram-se dois juízos freqüentemente associados ao suicídio. Primeiro, que a pessoa precisa demonstrar algum tipo de intenção de se matar para ser realmente vigiada (“não era causa de preocupação”). Segundo, que o suicida foge de alguma coisa (“uma saída fácil”). Uma ignora que a morte voluntária, como Durkheim comprovou pelo cruzamento de estatísticas, é um fenômeno da razão, não da loucura. Outra, que é

perfeitamente aceitável um ponto de vista contrário, não-religioso: de que um suicida está indo voluntariamente ao encontro de algo que todos os outros tememos. Ademais, embora ele estivesse condenado à prisão perpétua, 15 delas, a ênfase na vigilância aproxima o caso do Dr. Morte daqueles de condenados à morte vigiados dia e noite para não fazerem aquilo que o Estado se arroga o direito exclusivo de fazer.

Dada a notoriedade de Shipman, a notícia da sua morte foi publicada, com o título chamativo “Dr. Morte é encontrado enforcado” e o cauteloso subtítulo “Aparente suicídio na prisão do médico que matou 215 pacientes revolta parentes das vítimas”, no alto da página, em cinco medidas, com uma foto em preto-e-branco da venda de um tablóide de Manchester anunciando o seu enforcamento⁸⁷. Faziam-lhe companhia, na página, a divulgação de uma gravação que ligaria o primeiro-ministro israelense Ariel Sharon a um escândalo de fundos de campanha eleitoral; a notícia da condenação de um editor de mangás (histórias em quadrinho japonesas) por pornografia, em Tóquio; e a seção Ciência e Vida, destacando o fato de que 12 pessoas haviam morrido de gripe aviária no Vietnã.

4.2.6

A dançarina brasileira na Espanha

Embora Elizângela Barbosa Guimarães fosse brasileira, o seu suicídio ainda não faz parte daqueles que melhor atendem ao pré-requisito de proximidade na avaliação empírica da notícia. Ela se matou em Gijón, na Espanha, e sua morte parece ter sido, ainda que indiretamente, relacionada com os atentados terroristas de Madri, meses antes. Portanto, a notícia da sua morte foi publicada ainda na editoria O Mundo, na edição de 14 de dezembro de 2004, em uma medida, no alto da página 33. Na verdade, a reportagem “especial para *O Globo*” de Priscila Guilayn era um box de uma matéria maior, intitulada “Zapatero: Aznar apagou registros de ataques”, na qual o atual chefe do governo acusava seu antecessor de ter apagado dos computadores da Presidência os registros efetuados entre o dia 11 de março e as eleições de 14 de março, pelas quais os socialistas voltaram ao poder.

⁸⁷ Num toque sinistro adicional, o doutor clinicava em Hyde, subúrbio de Manchester.

O tom do título do box contrasta fortemente com o do texto de Priscila. Um é circunspeto (“Comissão liga morte de brasileira a 11 de março”). O outro, vagamente romanesco, como nestes dois primeiros parágrafos, num total de sete:

MADRI. Seu nome de guerra era Lorena. Trabalhando de dançarina erótica numa casa noturna de Gijón, a brasileira Elizângela Barbosa Guimarães conheceu o marido, importante testemunha nas investigações do 11 de Março, atentado que matou 191 pessoas em Madri este ano. No último dia 3, Elizângela teria anunciado a amigos e parentes, em mensagem no celular, que se mataria. Afogou-se no Mar Cantábrico, na praia de San Lorenzo, dois dias antes de completar 23 anos.

Embora a autópsia tenha confirmado o afogamento, alguns órgãos dela foram trazidos a Madri para exame toxicológico, ainda sem resultado. Um dos membros da comissão do 11 de Março abriu uma investigação sobre a morte da brasileira. (...) (GUILAYN, 14/12/2004, p. 33).

Daí em diante, a jornalista conta que Elizângela havia chegado à Espanha vinda de Goiás, cinco anos antes de sua morte. Conheceu o marido, Francisco Javier Villazón, o “Lavandero”, quando ambos trabalhavam na boate Club Horóscopo. Ele cuidava das cobras com quais a brasileira fazia o seu número erótico. Em 2001, ele fora procurado por dois homens interessados em alguém que fabricasse bombas que pudessem ser detonadas com um telefone celular – precisamente o tipo utilizado no 11 de março de 2004. Villazón tornou-se, então, testemunha contra os terroristas e passou a viver sob a proteção da polícia.

Elizângela tivera um filho com ele (além de dois que já deixara no Brasil) e se separara. O ex-marido foi um dos que recebeu, pelo celular, mensagens em que ela avisava que se suicidaria. O então patrão de Elizângela na boate Sagitário, um português identificado como João G., declarou a Priscila Guilayn: “Por volta das 5h de sexta-feira, Lorena saiu do clube com amigas e foi percorrendo bares, discotecas que marcaram a vida dela aqui em Gijón. Foi a lugares que a faziam lembrar do marido e do filho. Era uma despedida” (*ibidem*). Segue-se um relato dramático da sua tentativa de impedir que Elizângela consumasse o ato.

Toda a narrativa, nota-se, adquire um tom novelesco, destinado a atrair simpatia para a infeliz dançarina brasileira. Ela até mesmo se aproxima do tipo de texto comum nos jornais brasileiros *pré-lead*. A história se torna tão singular que, mais uma vez, não pode ser compartilhada a ponto de se tornar um foco de

contágio. Além disso, segundo a clássica tipologia de Durkheim, este é o primeiro caso analisado de suicídio preponderantemente egoísta.

Neste ponto, recordo o final da ópera *Dido & Aeneas*, do compositor inglês Henry Purcell (1659-1695). A rainha de Cartago, Dido, e o príncipe troiano, Enéas, embora apaixonados, são separados pelo sortilégio de uma feiticeira, que simula uma ordem de Júpiter para que ele abandone a capital fenícia no norte de África e funde uma nova Tróia. A natureza já melancólica de Dido evolui rapidamente para a decisão de morrer – não fica claro como, o que abre a porta para uma interpretação suicidária – e ela canta uma ária famosa, *When I am laid in earth*: “Quando eu estiver deitada na terra/ Que os meus erros não criem/ Problemas em vosso peito/ Lembrai-vos de mim, lembrai-vos de mim/ Mas, ah, esqueci meu destino”⁸⁸. O texto sobre Elizângela de certa forma faz o mesmo que os dois versos finais: pede que nos lembremos dela, mas esqueçamos seu destino.

4.2.7

O assassino da jornalista goiana em Atlanta

No penúltimo dia do ano, a editoria O País noticiou outro suicídio de brasileiro ocorrido no exterior. Por que não O Mundo? Porque a regra interna (não-escrita) do *Globo* é que fatos envolvendo brasileiros fora do Brasil ainda são assunto das páginas nacionais. Exceções como a de Elizângela – ou de Jean Charles de Menezes, fuzilado pela polícia inglesa no ano seguinte – aparecem nas páginas internacionais apenas se estão vinculados a eventos maiores, como os atentados terroristas do 11 de março em Madrid (2004) ou do 7 de julho em Londres (2005). O suicídio de Marley Alves Pereira, portanto, foi publicado na seção costumeira e teve chamada na página dois. O caso, todavia, tem uma característica distinta.

⁸⁸ When I am laid in earth/ May my wrongs create/ No trouble in thy breast./ Remember me, remember me/ But, ah!, forget my fate.

GOIÂNIA. Foi liberado ontem à tarde o corpo da jornalista goiana Eliete Barcelos, de 33 anos, assassinada no fim de semana com um tiro em Atlanta, nos EUA, pelo ex-namorado, o também goiano Marley Alves Pereira, de 27, que se matou em seguida. O corpo será levado para Goiânia, onde será sepultado. Já o enterro de Marley será em Edéia, a 127 km de Goiânia.

Os corpos foram encontrados pela polícia de Atlanta em um quarto do Hotel Comfort Inn, na tarde de segunda-feira. A polícia americana informou que os dois morreram no domingo e que o crime foi premeditado por Marley, que foi modelo em Goiás mas trabalhava como preparador de carne numa churrascaria de Miami. Ele teria cortado a linha de telefone e trancado a porta do quarto antes de atirar no rosto de Eliete e contra a própria cabeça. A arma do crime, uma pistola 12mm, foi achada no local.

(...)

(SOUZA, 30/12/2004, p. 8).

Homicídios seguidos de suicídio eram, ao menos até a multiplicação dos homens e mulheres-bomba, o tipo mais comum de aparição da morte voluntária na imprensa brasileira. Os casos passionais – como o envolvendo Marley e Eliete – proliferavam nos jornais no tempo de Nelson Rodrigues e das cidades muito menos violentas. Neles, não é incomum que, após eliminar o objeto do seu desejo (a retórica possessiva é deliberada), o sujeito apaixonado aja de forma a se unir a ele na eternidade. Se, como quer Maria Luiza Dias⁸⁹, “o suicídio é um homicídio” nestas circunstâncias, deve ser válido também concluir que “o homicídio é um suicídio”. Por outro lado, o suicídio, com toda a pesada carga de interdição que o cerca em nossa sociedade, na qual sua figura emblemática é Judas, também surge no caso de se seguir a um homicídio como uma pena imediata, uma danação.

A reportagem sobre o caso tem o título “Jornalista brasileira é assassinada por ex-namorado nos Estados Unidos”. O que não deixa dúvida quanto à real notícia que o jornal pretende dar. O suicídio surge coadjuvadamente, apenas no subtítulo: “Rapaz, que também era de Goiás, suicidou-se com um tiro na cabeça”. Depois do *lead* e do *sublead*, acima reproduzidos, o texto “especial para *O Globo*”, assinado por Isonilda Souza, entrevista o pai da moça, José Otávio Barcelos, que conta ter o namoro sido interrompido havia seis meses, sem que, no entanto, Marley parasse de ameaçá-la. O encontro dos dois no hotel teria sido uma

⁸⁹ Cf. p. 100.

tentativa de pôr um ponto final na relação. O pai do rapaz, Mário Pereira, morador de Atlanta, é citado como afirmando que era a jornalista que o assediava.

O parágrafo final do texto reforça a idéia de que a notícia era digna de publicação, ao destacar a importância de Eliete na comunidade brasileira de Atlanta: “Ele (*sic*) era sócia de um site e de uma revista, ambos em português e direcionados aos brasileiros que vivem nos EUA. Também organizava eventos como o Miss Brasil 2004 nos Estados Unidos, cuja final foi em Nova York, em setembro.” Em termos de diagramação, a matéria foi dada em três medidas, na página oito. Tem uma foto colorida de Eliete em vida. Limita-se, à esquerda e abaixo, com anúncios; acima, outra notícia da Região Centro-Oeste: “Chefe do crime organizado em Mato Grosso tem 2.303 imóveis” (em quatro medidas) e um texto-legenda mostrando, em cor, protesto de estudantes de Maceió (em duas medidas).

4.2.8

O desempregado na Praça dos Três Poderes

O texto-legenda na página dois do dia 14 de abril trazia o primeiro capítulo de uma história singular no ano de 2004: um suicídio que, conquanto à primeira vista pudesse ser altamente contagioso, foi acompanhado pelo jornal como uma pequena novela. Nele, a foto mostrava “o desempregado José Antônio Andrade de Souza, de 40 anos, que ateou fogo em frente ao Palácio do Planalto numa tentativa de chamar a atenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (s/a, 14/4/2004, p. 2). O texto informava, ainda, que o homem tivera 85% do corpo queimado e estava em estado grave, além de chamar para a reportagem completa, na editoria O País. Ele era visto deitado de costas para cima, com a cabeça levantada, recebendo primeiros socorros. Nada na foto traduzia a gravidade da situação de Souza. Nem nela, nem na foto colorida em duas medidas da página 12. Ambas, todavia, tinham como pano de fundo o Palácio do Planalto, ocupado pela Presidência.

Na foto do alto da página 12, mostrava-se o desempregado sendo carregado numa maca, ainda de costas para cima, como aparecera na primeira foto, mas já a caminho do hospital. O título da matéria em quatro medidas assinada pelo repórter Bernardo de la Peña, da sucursal de Brasília, era direto:

“Homem atea fogo ao corpo em frente ao Planalto.” O subtítulo enfatizava quão graves tinham sido os ferimentos e o propósito de seu ato extremo: “Desempregado de 40 anos ficou com 85% do corpo queimados; ele disse que queria chamar a atenção de Lula.” O conjunto encimava uma notícia sobre a quarta invasão de terras pelo Movimento dos Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema, no Oeste paulista, “nos últimos dois dias”; e outra sobre a condenação a quatro anos de prisão do dono do Canecão Mineiro, boate de Belo Horizonte que, ao pegar fogo, em 2001, matou sete pessoas e feriu outras 360. Ambas ocupavam apenas uma coluna. As outras cinco da parte superior da página 12 para baixo correspondiam à metade de um anúncio colorido de venda de celulares que se completava na fronteira página 13.

Texto-legenda, título e subtítulo eram adequados ao teor do *lead*:

BRASÍLIA. Na tentativa de chamar a atenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o desempregado José Antônio Andrade de Souza, de 40 anos, ateu fogo ao corpo ontem de manhã na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto. Enquanto Lula recebia um grupo de empresários e representantes das 27 federações de indústria do país, Souza usou um produto inflamável para molhar as roupas e ateu fogo ao corpo. Aos policiais e bombeiros que o socorreram, Souza disse que queria falar com o presidente. (DE LA PEÑA, 14/4/2004, p. 12).

Ressalte-se, de imediato, o uso, pelo repórter, da técnica de redação conhecida como *lead* de contraste ou “*lead* contraste” (como prefere Lage), na qual se contrapõem duas informações de modo a sugerir ao leitor uma idéia, não necessariamente enunciada adiante. No caso, *enquanto* o trabalhador desempregado se imolava na Praça dos Três Poderes, o presidente operário se reunia com os industriais. Mais adiante, porém, o texto não apenas diz, citando a assessoria do Palácio do Planalto, que Souza não pediu uma audiência ao presidente (como ser recebido se não houve pedido neste sentido?), como ainda informa que Lula ordenou que sua equipe médica se juntasse à do Hospital Regional da Asa Norte, para onde o desempregado queimado foi levado. “Assim que soube do fato, o presidente orientou para que a situação fosse acompanhada no hospital”, declarou o porta-voz da Presidência, André Singer, já à noite, a de la Peña. “O presidente lamenta muito o ocorrido e espera que José Antônio tenha uma rápida recuperação no hospital.”

Antes disso surgem outras peças da história: Souza era mineiro, mas morava no Espírito Santo; carregava um cartaz no qual se dirigia a Lula (“Senhor presidente, vendi meu barraco por R\$ 800 para falar com você. Roubaram meus documentos, tiraram meu direito de cidadania e estão armando um monte de problemas para mim. Estou perdendo minha família e pedindo meus direitos de cidadão.”); sua internação era estimada em 30 dias e iria requerer também acompanhamento psiquiátrico.

O segundo capítulo no *Globo* do drama marcaria uma dramática reversão de expectativas: a morte de Souza – reforçando a *posteriori* a decisão de se ter noticiado a ação. “O desempregado que se imolou na frente do Palácio do Planalto está interferindo na vida do país”, diz Agostinho Vieira, citando-o como exemplo de ação que diz respeito a outras pessoas além do suicida e de seus familiares⁹⁰.

No dia 19 de abril, numa primeira página quase totalmente tomada pela alegria do campeonato estadual do Flamengo (conseguido numa vitória de 3 a 1 sobre o Vasco) e pela manchete “PT cobra do governo ofensiva na segurança”, o título de uma chamada em duas medidas informava: “Morre o desempregado que ateou fogo ao corpo”. O pequeno texto rememorava as circunstâncias da ação de Souza e noticiava a morte por falência múltipla, na véspera, além de apresentar um dado até então inédito: ele deixava uma filha de 8 anos.

O resto da notícia estava na página quatro da editoria O País, em quatro medidas, ao lado da coluna política de Helena Chagas e dos resultados das loterias federais, embaixo das matérias “‘Time’ inclui Lula na lista das cem pessoas mais influentes do mundo” (subtítulo “Presidente é o único latino-americano citado entre líderes mundiais”) e “PT decide jogar pesado nas alianças” (subtítulo “Em Fortaleza, partido decide apoiar PCdoB contra vontade do diretório nacional”).

O título desta reportagem praticamente repetia o da chamada na primeira página: “Morre homem que ateou fogo ao corpo”. O subtítulo rememorava o seu gesto: “José Antônio de Souza queria ver Lula para protestar contra o desemprego”. O texto, de de la Peña e Rodrigo Rangel, trazia os seguintes *lead* e *sublead*:

⁹⁰ Cf. p. 113.

BRASÍLIA. O desempregado José Antônio Andrade de Souza, de 40 anos, que ateou fogo ao corpo na manhã da última terça-feira na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, morreu ontem, por falência múltipla dos órgãos. José Antônio faleceu às 15h40m no Hospital Regional da Asa Norte, onde estava internado.

O corpo de José Antônio, que nasceu em Minas Gerais, foi transferido para o Instituto Médico-Legal e hoje deverá ser liberado para o enterro. A mulher do desempregado, Maria das Dores Claudia, que chegou a Brasília na quarta-feira, está num abrigo na cidade. A família ainda não sabe como vai transferir o corpo, mas pretende enterrar José Antônio em Cariacica, no Espírito Santo, onde ele morava. (DE LA PEÑA E RANGEL, 19/4/2004, p. 4).

O miolo da matéria basicamente reproduzia as informações veiculadas cinco dias antes – até a foto preto-e-branco escolhida era a mesma que havia sido publicada na página 12 da edição de 14 de abril – e atualizava alguns dados sobre o estado de saúde de Souza. O final dela descrevia o último dia de vida do desempregado. Estava consciente, característica que, segundo o chefe do plantão no Hospital Regional da Asa Norte, Delmir Ferreira Souto, é comum aos pacientes com queimaduras. Estava agitado, incomodado com os curativos aplicados sobre a pele, na tentativa de reconstituir os tecidos destruídos. Além disso, passava por hidratação, para repor os nutrientes, e tomava analgésicos contra a forte dor.

Esta descrição relativamente pormenorizada da agonia de Souza funciona, ainda que inconscientemente, como um alerta do tipo “não façam o mesmo, senão os sofrimentos serão similares”. Ele talvez se fizesse necessário – do ponto de vista do temor de o jornal se tornar um propagador do suicídio, naturalmente – porque as notícias sobre o suicídio do desempregado mineiro são a um tempo singulares e comuns: uma morte ocorrida em protesto contra as elevadas taxas de desemprego (não raro beirando os 17% nas principais regiões metropolitanas do Brasil) poderia ser entendida, em algum nível, como incitação à imitação. Tudo, porém, pode ser muito mais complexo: sua publicação também se enquadra na linha de crítica ao governo mantida, em variados tons, pelo jornal, bem como assinala o grau de desespero a que alguns brasileiros estavam sendo levados pelo desemprego. A avaliação geral sobre o valor desta notícia é, como em todas as outras, sujeita a controvérsias, ambigüidades e variadas correlações de forças. Parece fora de dúvida, no entanto, que trata-se de um suicídio do tipo anômico:

Souza havia tido os documentos roubados – perdendo, literal e metaforicamente, sua identidade – e encontrava-se em dificuldades financeiras. Perdera as referências.

O epílogo da história de José Antônio Andrade de Souza no *Globo* ocorre na edição do dia seguinte, 20 de abril. O título e o subtítulo da matéria principal – no alto, em seis medidas – da página 12 da editoria O País estampavam, respectivamente, “Avião da FAB leva corpo de desempregado” e “José Antônio de Souza, que pôs fogo em frente ao Planalto, foi enterrado na Região Metropolitana de Vitória”. O *lead* de Rodrigo Rangel livrava o leitor da angústia inserida no capítulo da véspera (“A família ainda não sabe como vai transferir o corpo”):

BRASÍLIA. O corpo do desempregado José Antônio Andrade de Souza, morto após atear fogo em si mesmo na sexta-feira em frente ao Palácio do Planalto, foi levado ontem para Vitória num avião da Força Aérea Brasileira (FAB) por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O enterro foi num cemitério da periferia de Cariacica, na Região Metropolitana de Vitória. Era perto de lá que José Antônio morava com a mulher, a doméstica Maria das Dores de Souza, e uma filha de 8 anos. Também por ordem do Palácio do Planalto, um médico da Presidência acompanhou a viúva. (RANGEL, 20/4/2004, p. 12).

O resto da matéria principal repete, uma segunda vez, os detalhes do ato de Souza – necessidade freqüente no jornalismo dada a incerteza se o leitor acompanhou os lances anteriores da história – e acrescenta algumas novas informações sobre o morto: morava no bairro de Nova Rosa da Penha, um dos mais violentos de todo o estado do Espírito Santo; estava desempregado havia quatro meses; sua mulher estava grávida de novo, também de quatro meses. “No atestado de óbito, registrado num cartório de Brasília, a mulher fez constar a ‘profissão verdadeira’ dele, ajudante de pedreiro”, escreve Rangel (*idem*).

A página traz duas fotos coloridas: a mesma do atendimento a Souza publicada na página dois da edição do dia 14 de abril; e a da viúva Maria das Dores. Ela é a principal personagem da matéria secundária, feita pelo repórter Carlos Orletti, de Vitória, a única outra constante da página (o resto é tomado por variados anúncios), de título “‘Ele dizia que se sentia humilhado’” e subtítulo “Viúva conta que marido estava desesperado e que já tentara se enforcar”. O texto apresenta novos detalhes da vida miserável de Souza e de Maria – na verdade, ele

vendera o barraco por R\$ 1.000, mas deixara R\$ 200 com a mulher. Conta, ainda, como ela conseguiu viajar a Brasília, para acompanhar os últimos dias de vida do marido – com uma passagem de avião oferecida pela Prefeitura de Cariacica.

E, por fim, Orletti descreve uma tentativa anterior de suicídio: “Camila (*sua filha de 8 anos*) ficou com o avô. Duas semanas antes da viagem, ela evitara uma tragédia. José Antônio subiu numa árvore para se enforcar. Desistiu ao ouvir os apelos desesperados da menina.” Emerge das informações a figura de um homem desesperado e humilhado (“Antônio falava que era muita humilhação vender caranguejo”, conta Maria das Dores), o que, subliminarmente, além do dado anônimo, remete o suicídio a uma perda temporária ou definitiva da razão.

4.2.9

O adolescente na roleta russa em Meriti

Mantendo a idéia de vir aproximando os casos de suicídio do Rio de Janeiro – lembremo-nos que desde Durkheim, ao menos, a proximidade surge como um fato importante no suposto contágio – o caso seguinte ocorre já na nossa região metropolitana. Trata-se da morte de um jovem em São João do Meriti, na Baixada Fluminense. “Os suicídios de adolescentes, por exemplo, geram um sentimento de culpa muito grande”, reconhece Luiz Garcia. “Já estive numa situação dessas e sei o que que é, fica todo mundo abilolado.”

Talvez por isso, talvez por a morte ter ocorrido numa roleta-russa, o caso não mereça mais que uma curta matéria na metade inferior do espaço editorial da página 25, editoria Rio, edição de 1º de maio. Acima dela, informa-se que um encontro internacional sobre armas realizado na cidade geraria um relatório com sugestões de combate ao tráfico de armas. Até por suas pequenas dimensões, o texto analisado é característico deste tipo de notícia. Sob o título “Polícia apura se jovem morto fez roleta-russa” e o subtítulo “Estudante de 15 anos é encontrado em casa com tiro na cabeça”, lêem-se três sucintos parágrafos:

O estudante Tiago Ferraz Ribeiro, de 15 anos, foi encontrado morto anteontem, com um tiro na cabeça, dentro de casa, no bairro Tietê, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Ontem, durante o enterro do rapaz no Cemitério Corte Oito, em Duque de Caxias, amigos disseram que ele morreu durante uma brincadeira de roleta-russa com um outro menor. A polícia, no

entanto, não confirma a versão e investiga a possibilidade de suicídio.

– Vamos ouvir o depoimento da família para saber como estava o estado emocional do garoto. Mesmo se for uma roleta-russa, isso já é um suicídio – disse o delegado Jorge Luiz Diequez, da 64ª DP (Vilar dos Teles), que deseja saber onde a arma que pode ter sido usada pelo rapaz estava guardada.

O pai de Tiago é o policial militar Marco Barreto Ribeiro, lotado no 15º BPM (Caxias). Ele e a mulher, Isabel Cristina, não estavam em casa na hora em que o filho foi baleado. O garoto foi socorrido por um vizinho, que teria ouvido o disparo. (s/a, 1º/5/2004, p. 25).

Há ao menos duas idéias não enunciadas, e por isso mesmo particularmente significativas, na breve notícia da morte do jovem Tiago: segundo o jornal, em versão atribuída a amigos do morto, pode não ter havido suicídio e sim um acidente “durante uma brincadeira de roleta-russa” (o que, mais uma vez, retira o fato da alçada da consciência ou da razão implacável da morte voluntária); e a culpa indiretamente é atribuída ao pai PM, que deixou uma arma carregada em casa (breve outro caso analisado deixará claro como essa crítica se insere dentro do apoio, pelo jornal, à Campanha do Desarmamento). É ao delegado “Diequez” (*sic*) que cabe a ponderação de que a roleta-russa já é, em si, uma forma de suicídio.

4.2.10

O assassino dos próprios filhos

No dia 18 de agosto, a página 22 do *Globo*, editoria Rio, publicou a primeira de três reportagens sobre um dos dois únicos suicídios noticiados no ano de 2004 a envolver um morador da cidade do Rio de Janeiro: o empresário Ruy Kenji Morimoto, de 47 anos. O ato, todavia, foi cometido fora dos limites da cidade, ou melhor, noutro município: São Pedro D’Aldeia, na Região dos Lagos. Além disso, Morimoto não apenas se matou a tiros: imediatamente antes ele matara seus dois filhos, uma menina de 9 anos e um menino de 7 anos, cujos nomes jamais são mencionados. O empresário estava separado da mãe das crianças havia meses.

“No caso dele, o resto era também importante. Não se podia contar a história sem mencionar o final”, avalia Luiz Garcia. “O pai separado que se mata

após matar os filhos não cometeu um ato íntimo e pessoal, interferiu diretamente na vida da família e da comunidade em que vivia”, reforça Agostinho Vieira.

A notícia ocupava seis medidas no alto da página, sob o título “Pai mata os dois filhos a tiros e suicida” e o subtítulo “Crime aconteceu no domingo mas corpos só foram encontrados anteontem em casa de São Pedro D’Aldeia”. Encima dois outros registros, o do ataque a três moradores de rua em Cascadura (uma das vítimas morreu) e o do assassinato de um corretor de turismo na Tijuca, este com uma foto colorida do corpo coberto por plástico preto e cercado de cones de trânsito, além de um anúncio de meia página.

O caso de Morimoto é merecedor de tamanho destaque – que inclui ainda a chamada na página dois – porque não se trata apenas de um suicídio mas de um duplo homicídio seguido de suicídio, com o agravante de as duas vítimas serem crianças filhas do próprio assassino. A tragédia aí contida depõe a favor da publicação em detalhes, um pouco como o caso da jornalista brasileira assassinada pelo ex-namorado em Atlanta. No ano anterior, tinha sido o caso, ainda, de um fato brevemente referido no pé da matéria assinada por Fábio Vasconcellos: “Há cerca de um ano, um crime semelhante chocou o Rio. Um engenheiro morador da Barra matou com tiros de escopeta a mulher as duas filhas enquanto dormiam e também se suicidou” (p. 22).

A pressa do fechamento levou o repórter a uma ligeira imprecisão na descrição do armamento empregado: em maio de 2003, o engenheiro Waldo de Carvalho Wunder se suicidou com um tiro de escopeta na boca depois de matar a mulher e as duas filhas usando uma pistola Glock calibre 380, na cobertura da família, na Barra da Tijuca⁹¹. Wunder devia mais de R\$ 700 mil ao INSS. O detalhamento das armas utilizadas, que lhes atribui uma certa importância fetichista, terá desdobramentos importantes na terceira reportagem sobre o caso Morimoto, como veremos um pouco mais adiante. De imediato, cabe-nos ler *lead* e *sublead* da primeira reportagem, a publicada no 18 de agosto:

⁹¹ Em agosto de 2003, um segundo caso assemelhado resultaria no suicídio do empresário Antônio Schempri. A diferença é que ele não matou a própria família e sim o sócio, a esposa deste e o filho do casal. O assassino suicidou-se duas horas depois, na sua casa do Recreio.

A Polícia Civil ainda não sabe o que levou o empresário Rui Kenji Morimoto, de 47 anos, a matar os dois filhos e se suicidar. O crime ocorreu na noite de domingo, mas os corpos só foram encontrados anteontem, no bairro Ponta da Areia, em São Pedro D’Aldeia, após a polícia receber informações de que o empresário havia desaparecido com as crianças: uma menina de 9 anos e um menino de 7. As crianças foram mortas com tiros na cabeça. Ao lado do corpo do pai – que morreu com tiro na boca – foi achado um revólver calibre 38 com cinco cápsulas deflagradas.

Os corpos das crianças, que moravam com a mãe num condomínio da Avenida Sernambetiba, na Barra da Tijuca, foram sepultados ontem no Cemitério do Caju. Morimoto foi enterrado no Cemitério Jardim da Saudade, em Sulacap, no fim da tarde. O desaparecimento das crianças começou a ser investigado na segunda-feira, depois que ex-mulher de Morimoto, Lise Werneck de Menezes, registrou o caso na 16ª DP (Barra da Tijuca). (VASCONCELLOS, 18/8/2004, p. 22).

O texto é direto e sem meias-palavras. Há, neste trecho inicial, duas insinuações importantes. Logo a primeira frase do *lead* nos fala da aparente falta de motivação para o crime e o suicídio. Implicitamente, portanto, admite-se que uma morte voluntária tem um motivo, uma razão – o que ajudaria a lançar alguma luz, dar algum sentido, a gestos tão chocantes. Depois, no *sublead*, faz-se uma espécie de preâmbulo ao drama familiar que ronda, sem de fato eclodir, todo o resto do texto: a polícia pretendia tomar o depoimento de Lise e de outros parentes para tentar estabelecer o que motivou Morimoto, dono de uma loja de miniaturas e brinquedos no Edifício Avenida Central; ele pegara os filhos na sexta-feira, mas não os entregara em casa no domingo, conforme acordado pelo casal na Justiça; “ele era uma pessoa reservada e nunca falava dos seus problemas familiares”.

Logo em seguida a esta observação, surge uma declaração aparentemente inútil da delegada Cláudia Faissal, de São Pedro D’Almeida: “A cena do crime leva a crer que o pai foi mesmo o autor dos disparos.” Em nenhum momento anterior fora levantada qualquer outra hipótese. É como se houvesse uma torcida silenciosa para que as três mortes fossem um triplo latrocínio ou um triplo homicídio por vingança, crimes com os quais a sociedade teria menos dificuldade de lidar do que com o pai matando seus dois filhos e, ainda pior, se matando a seguir.

No dia seguinte, o jornal manteve o caso no seu noticiário local, em três colunas no meio da página 15, entre a informação de que um traficante fora

baleado ao tentar invadir a Rocinha com seu bando, a de que o corpo de uma vítima de seqüestro havia sido encontrado e a de que o Conselho Nacional de Peritos Judiciais do Brasil pretendia tomar medidas contra o membro responsável pela filiação de outro traficante, além de dois comunicados pagos. Desta vez, sob o título “Comerciante que teria matado filhos havia perdido a guarda das crianças”, o texto de Dimmi Amora concentrava-se, depois da obrigatória rememoração do fato original, na perfil psicológico de Morimoto, “um pouco mais fechado, desde que perdera a guarda dos filhos para a ex-mulher”. A delegada Cláudia Faissal foi ouvida mais uma vez, atrás de novos detalhes das investigações, entre eles os de que as crianças provavelmente foram dopadas antes do fuzilamento, para não sofrer.

São ouvidos, ainda, dois psiquiatras, Vera Lengruher, presidente da Associação Psiquiátrica do Estado do Rio de Janeiro, e Fábio Barbirato. Ela afirma que “o ato de Rui costuma ser classificado como suicídio coletivo”. Não há maiores detalhes sobre o que seria isso. Ele, a partir de casos semelhantes nos EUA, opina: “É um quadro tão grave que a pessoa acha que está fazendo um bem para os parentes para evitar que eles tenham um sofrimento tão grande quanto o que ela está sentido. A pessoa deprimida perde a noção.”

No dia 20 de agosto, a terceira reportagem sobre o caso Morimoto opera um malabarismo editorial. Tendo uma chamada na primeira página e sendo publicada na página 13, a de abertura da editoria Rio, com direito ao destaque de um infográfico e encimando uma notícia sobre as idas e vindas do desabamento do edifício Palace II, ela desvia completamente o assunto. Deixa-se de tratar de um duplo homicídio seguido de suicídio e passa-se a abordar os riscos de se manter uma arma em casa e as benesses da Campanha do Desarmamento, que *O Globo* apoiou. A campanha pagava entre R\$ 100 e R\$ 300 por arma entregue.

Tudo porque os repórteres Amora e Maria Elisa Alves conseguiram apurar que, dias antes do crime, Morimoto entregou dez armas na sede do movimento Viva Rio. Estas, porém, não eram todas as suas armas, daí o título de gosto duvidoso: “Só faltou uma arma”. O subtítulo esclarecia: “Pai que matou os dois filhos e se suicidou havia entregado dez revólveres e pistolas, mas manteve um 38.”

O infográfico trazia os desenhos das armas entregues em três visitas distintas ao Viva Rio, em troca de R\$ 1.200, e da arma não entregue. Elas⁹² têm seus calibres informados, bem como, com exceção do fatídico revólver calibre 38, as datas em que foram deixadas na sede da Glória. O título é um primor (“Um arsenal nas mãos erradas”) e o subtítulo é ainda pior (“As dez armas entregues pelo criminoso”). Lembra uma atualização retórica do castigo medieval ao cadáver.

Completa o infográfico um quadrinho sobre o funcionamento da Campanha do Desarmamento. Na página, há também um box intitulado “Como aderir à campanha”. A redundância da abordagem desarmamentista é um sintoma da mudança de enfoque, radicalizada pela tomada de declarações do coordenador do projeto de controle de armas do Viva Rio, Antônio Rangel Bandeira, e de um membro do Laboratório de Análise da Violência da Uerj, Ignácio Cano.

Rangel Bandeira diz:

A campanha é para que as pessoas entendam que manter arma em casa é um risco para a família. Se esse comerciante tivesse entregue todas as armas, talvez não tivesse matado os filhos num momento de fraqueza. Se até um pai mata as crianças quando está desesperado e com uma arma na mão, imagina só como é fácil ocorrerem crimes passionais, mortes após discussões de vizinhos. (*apud* AMORA e ALVES, 20/8/2004, p. 13).

Como diz o próprio Rangel Bandeira, talvez. A crença de que a arma de fogo é determinante para que se cometam crimes, aí incluídos, segundo a lógica vigente, suicídios, faz tábula rasa da constatação de que cada sociedade escolhe um *modus operandi* para se matar – mas que, não obstante as dificuldades ou impossibilidades materiais, seus membros não deixam de se matar – e insiste em criminalizar a morte voluntária – o que evoca a figura retórica do “assassinato de si mesmo”. Na campanha para o referendo sobre a proibição ou não da comercialização de armas de fogo e munição, realizado em 2005, a frente pelo Sim, na qual o Viva Rio desempenhou papel importante, afirmou que os suicídios também diminuiriam caso sua proposta fosse vencedora. Será? Talvez.

⁹² Dois outros revólveres calibre 38, um revólver calibre 22, uma pistola calibre 380, uma carabina calibre 44 e cinco garruchas de calibres variáveis.

Em setembro de 2004, especialistas em suicídio reunidos em Genebra estimaram que uma pessoa se mata ao redor do mundo a cada 40 segundos. Na ocasião, José Bertolote, da Organização Mundial da Saúde, ligada à Organização das Nações Unidas, estimou a morte voluntária como responsável por 1,5% do custo total das doenças na sociedade⁹³. E Lars Mehlum, presidente da Associação Internacional de Prevenção ao Suicídio, disse que a restrição de acesso a armas de fogo de fato pode reduzir o número de tentativas bem-sucedidas. “Armas de fogo são o instrumento mais letal de suicídio”, declarou a Robert Evans, da agência de notícias Reuters. “Pouca gente sobrevive a tentativas de se balear.”

O texto mais precioso do material publicado no dia 20 de agosto, entretanto, era a íntegra de uma carta enviada por Lise Werneck de Menezes à redação do *Globo*. Na falta de um bilhete de despedida de Morimoto, é a mãe das crianças que verbaliza o drama real, não o conflito de idéias abstratas. Apesar de a carta não ter sido escrita por uma suicida, encontramos nela ecos daquelas analisadas por MacDonald e Murphy, especialmente na tentativa de influenciar a percepção do suicida perante uma ampla audiência.

Neste momento de dor em que todos buscam uma resposta para esta tragédia, gostaria de esclarecer o pouco do que pude entender nos últimos tempos. Meu ex-marido Ruy era um pai extremado, afetivamente falando. Aos nossos filhos proporcionou grandes e imensas alegrias. Eles o adoravam. No entanto, nunca teve a guarda dos filhos. Sempre como mãe extremada e dedicada, eles estiveram sob minha supervisão permanente. Ultimamente, Ruy dava claros sinais de desequilíbrio, causando imensos transtornos para mim, meu marido e sua própria família.

Talvez o falecimento de seu pai, Shigemi Morimoto, fundador da Hobbylandia, há cerca de três meses, tenha piorado seu estado. Infelizmente, sua confusão emocional tornou-se insuportável a ponto de retirar sua própria vida e a de nossos filhos. A minha dor e a de meus familiares é indescritível, mas não deixo de acreditar na força divina. Peço a todos que os conheceram que orem por suas almas. Que elevem seus pensamentos para que meus dois anjos estejam no paraíso. Peço também orações para a alma de Ruy. Muito obrigada. Lise Werneck de Menezes. (p. 13).

⁹³ É sintomático que o suicídio seja associado à doença, ou seja, a algo fora da ordem, da normalidade, alheio a uma natureza humana. Por vias transversas, essa separação remete à antiga culpabilização do Diabo. Além disso, introduz a idéia do Absurdo, na acepção camusiana.

4.2.11

O famoso estilista no Arpoador

Afinal chegamos ao primeiro e único caso de suicídio cometido por carioca (famoso) no Rio de Janeiro noticiado pelo *Globo* em 2004: o do estilista Amaury Vencini Veras, de 53 anos, sócio da grife Frankie Amaury com o argentino Francisco Mackey, de 50 anos. Mesmo este exemplo, entretanto, se revela, já num primeiro olhar, não um caso de suicídio noticiado e sim um caso de suposto suicídio noticiado. A relutância em admitir a morte voluntária, porém, teria, mais adiante, a recompensa de antecipar uma das linhas de investigação da polícia, linha que só ganhou corpo no ano seguinte: a de que Veras não teria se matado e sim sido morto, sendo o seu enforcamento no apartamento que dividia com Mackey na Rua Francisco Otaviano, no Arpoador, apenas uma encenação.

Em 3 de setembro de 2004, todavia, quando a notícia da morte de Veras foi publicada com destaque, isto é, chamada na primeira página e quase uma página inteira da editoria Rio (apenas um anúncio de tamanho médio impediu isso), nada havia neste sentido, exceto a tradicional relutância da imprensa em tratar do assunto e a protocolar imperícia da polícia fluminense. Ambas as características conviviam nos principais título e subtítulo da página 17, respectivamente: “Estilista é encontrado morto em seu apartamento” e “Corpo de Amaury Veras, da grife Frankie Amaury, estava pendurado pelo pescoço. Polícia registra o caso como suicídio”. Esta era exatamente a mesma linha crítica da chamada na primeira página, de título “Estilista é achado morto em casa”: “Um dos mais famosos estilistas do Rio, Amaury Vencini Veras, de 53 anos, da grife Frankie Amaury, foi encontrado ontem morto, enforcado, em seu apartamento, no Arpoador. A polícia registrou o caso como suicídio mesmo sem laudo cadavérico.”

O *lead* e o *sublead* da cobertura feita por Célia Costa, Fernanda Pontes e Gustavo Goulart mantinham o tom discreto, apesar de ressaltarem a importância do morto para a cidade do Rio de Janeiro, tanto por seu trabalho quanto por ele viver num prédio em que morava outra pessoa famosa, a modelo e apresentadora de televisão Cynthia Howlett-Martin:

A moda carioca perdeu ontem um de seus mais destacados representantes. O estilista Amaury Vencini Veras, de 53 anos, da grife Frankie Amaury, foi encontrado morto em seu apartamento, no Arpoador. Quem o encontrou foi seu sócio, Francisco Mackey, conhecido como Frankie, de 50 anos, que morava com Amaury no imóvel da Rua Francisco Otaviano. A 14ª DP (Leblon) registrou o caso como suicídio, mas vai aguardar o resultado do exame cadavérico para a confirmação oficial.

O corpo foi encontrado por volta das 9h. Segundo Frankie, Amaury estava pendurado pelo pescoço por uma echarpe presa à porta, de cerca de 2,5 metros de altura, da sacada de seu quarto. Ao lado havia uma pequena escada. O sócio contou em três depoimentos à polícia que pôs Amaury na cama para tentar reanimá-lo. Depois, segundo ele, bateu à porta de uma vizinha, a modelo e apresentadora Cyntia (*sic*) Howlett, que não estava, e pediu ajuda a outra moradora. (COSTA, PONTES e GOULART, 3/9/2004, p. 17).

O restante da reportagem se dividia em três aspectos da morte: os procedimentos práticos da polícia, que descobrira um pequeno ferimento na testa (atribuído a uma queda no momento em que o corpo foi levado para a cama) e outro na nuca (causado pelo próprio enforcamento) de Veras; declarações de amigos do estilista; e informações sobre o seu estado psicológico. Do ponto de vista deste trabalho, são estas as mais importantes, porque falam das estratégias psicológicas dos sobreviventes – aí incluídos os jornalistas – para superar o choque de um suicídio, arranjando-lhe uma causa, mas jamais uma desculpa ou uma explicação.

A matéria cita a médica ortomolecular Doris Israel, que confirmou na delegacia estar tratando havia seis anos do falecido. Segundo ela, Veras sofria de transtorno bipolar – outrora conhecida como psicose maníaco-depressiva. Além disso, “ele descobriu recentemente que era diabético, que estava com a taxa de açúcar no sangue um pouco alta” (*ibidem*). O psicoterapeuta Tito Gomes, amigo do morto, confirmou: “Ele sempre foi uma pessoa muito alegre. Mas, na última vez em que nos encontramos, percebi que estava triste” (*ibid.*). Imediatamente a seguir, o texto cita que “fontes da polícia” apuraram que, “além de deprimido, Amaury enfrentava problemas financeiros”. Tudo desmentido enfaticamente pela declaração da assessora de imprensa da grife, Celina Penteado:

Não estamos nadando em dinheiro, mas ninguém lançaria a coleção verão com um coquetel para a imprensa, como aconteceu há uma semana, se estivesse em crise. Além disso, estamos para inaugurar mais uma loja, em outubro, no Rio Design Center, no Leblon. Amaury não estava em depressão, trabalhou até tarde ontem (anteontem) e tinha planos para hoje (ontem) e amanhã (hoje). (*apud COSTA, PONTES e GOULART, 3/9/2004, p. 17*).

Completava a primeira reportagem do jornal dedicada à morte de Veras um box, assinado por Carolina Isabel Novaes, que historiava a parceria Frankie Amaury, cuja primeira loja fora aberta em 1981, no Fórum de Ipanema. Diziam seu título e subtítulo, respectivamente: “Uma grife irreverente” e “Frankie Amaury fez do couro a cara do Rio.” A página era ilustrada por quatro fotos em preto-e-branco: uma de Veras, de arquivo, a maior; outra da echarpe presa à porta de seu apartamento; uma terceira do corpo do estilista sendo levado do Arpoador para Instituto Médico-Legal pelos bombeiros; e a última mostrando o bilhete afixado na porta da loja pioneira, fechada em sinal de luto. Vinte dias depois, ela estaria fechada definitivamente, bem como a filial do BarraShopping, por causa das dívidas da dupla de estilistas com senhorios e funcionários.

No dia seguinte, um sábado, a cobertura do *Globo* do caso Veras ganhou mais três matérias, duas na editoria Rio e uma no caderno de moda “Ela”. Na página local, a 18, havia fotos coloridas da echarpe (que seria submetido a um teste de resistência), de um cristal usado para meditação pelo estilista (“a polícia pode utilizar luminol em busca de vestígios de sangue”, antecipava a legenda) e Frankie Mackey despejando pétalas sobre a sepultura do sócio, no Cemitério da Ordem Terceira do Carmo, no Caju. Não há, em todo o material, embora a segunda retranca da página trate especificamente da cerimônia, nenhuma menção a qualquer interdição de enterro em campo santo devido à natureza da morte.

O título da retranca principal, em seis medidas, assinada pelo repórter Gustavo Goulart, insistia na dúvida: “Polícia fará nova perícia na casa de estilista”. E o subtítulo reforçava o cada vez menos sutil tom de crítica à corporação: “Objetivo é descobrir como Amaury, que segundo a polícia já tentara o suicídio duas vezes, sofreu ferimento na cabeça”. Os três primeiros parágrafos da matéria mantêm a tensão entre o suicídio e a suspeita de homicídio:

A Polícia Civil vai fazer nova perícia no apartamento do estilista Amaury Veras, da grife Frankie Amaury, encontrado morto por enforcamento em seu quarto, na manhã de anteontem. O objetivo é tentar descobrir como o estilista se feriu na cabeça. Um corte sobre o supercílio esquerdo levantou a suspeita de que ele tenha sido golpeado antes de morrer. O Instituto Médico-Legal (IML) confirmou, no entanto, que a causa da morte de Amaury foi asfixia mecânica.

Segundo o chefe de Polícia Civil, Álvaro Lins, além do corte, não há qualquer outro indício de que possa ter ocorrido crime e, por isso, o caso continuará sendo tratado pela polícia como suicídio, pelo menos até a conclusão da nova perícia.

– Não há qualquer outro indício de que Amaury tenha se defendido ou sofrido agressão. Não há lesões nos braços, vestígios sob as unhas. (GOULART, 4/9/2004, p. 18).

Seguem-se informações sobre as duas tentativas anteriores de suicídio no mesmo ano de 2004, ambas utilizando gás de cozinha: na primeira, em fevereiro, Veras foi salvo pela empregada, que o levou ao Hospital Pró-Cardíaco; na segunda, mais recente, foi salvo por Mackey. Diante do quadro, a única voz a admitir a hipótese de a morte não ter sido causada por suicídio era a do diretor do Departamento de Polícia Técnica e Científica, Roger Ancilotti. Pela própria natureza de seu trabalho, ele foi cauteloso: cogitou que Veras ainda poderia estar vivo quando do socorro, explicou que a pessoa enforcada pode ter convulsões e se machucar – mas aguardava o resultado dos exames para concluir algo.

A retranca dedicada ao sepultamento no Caju, escrita por Fernanda Pontes, recolhe depoimentos de parentes e amigos sob um título respeitoso (“Cem pessoas comparecem a enterro”) e um subtítulo idem (“Frankie Mackey presta homenagem usando blazer e anel do amigo”). Este material tem chamada na página dois. Completam a página 18 a caricatura sabática de Lan e um anúncio. No mesmo dia, no caderno “Ela”, a editora de moda Heloísa Marra assina a matéria que se estende, cheia de fotos coloridas dos bons tempos, pela primeira e pela segunda páginas, sob o título geral “Querido Amaury”, descrito como “artesão da carioca sensual”. Este material tem chamada na primeira página, como, aliás, qualquer edição de qualquer suplemento diário ou semanal. Era uma excepcionalidade absoluta o principal assunto do “Ela” estar ligado a um caso de (suposto) suicídio.

Nos dias seguintes, *O Globo* não publicou novas matérias sobre o Caso Veras. Apenas na edição de 9 de setembro apareceu um texto-legenda sobre a missa de sétimo dia do estilista. Na foto publicada na página 23, viam-se amigos de Veras, entre eles Frankie Mackey, durante a cerimônia na Igreja da Ressurreição, no Arpoador. Mais uma vez, é curioso que, a despeito do suicídio, ou, ao menos, da suspeita de suicídio, ao morto não tenham sido recusados nem enterro cristão nem missa. Uma mudança de orientação ou, muito mais provavelmente, um privilégio pelo *status* de Veras? Cabe lembrar que, em *Histoire du suicide*, George Minois descreve minuciosamente a vista grossa para o suicídio de nobres e de religiosos durante a Idade Média. Eles eram enterrados com toda a pompa. No resto da página, o destaque ia para uma granada encontrada na Fonte da Saudade. Completavam-na os anúncios de falecimentos e vítimas, na seção Obituário.

A morte de Veras desapareceu das páginas do jornal – e dos jornais – até maio de 2005. No dia 18, o “Jornal Nacional”, da Rede Globo, revelou o laudo do IML, segundo o qual o ferimento na testa do estilista dificilmente teria sido causado por uma queda: o corpo apresentava fratura na base do crânio e edema cerebral. Na sua edição do dia seguinte, *O Globo* noticiou as novidades no caso: “Segundo médicos legistas, Amaury, ainda com vida, sofreu violenta pancada na cabeça e ingeriu uma quantidade excessiva de tranquilizantes” (p. 21). O texto não-assinado reproduzia a declaração de um dos médicos, não-identificado: “Não há dúvida de que o ferimento na testa, que atingiu o encéfalo, seria suficiente para deixar qualquer pessoa atordoada, praticamente impossibilitando que ela tivesse força para se suicidar” (*ibidem*). As novas informações, dizia-se, levariam a polícia a marcar uma reconstituição da morte, com a participação de Frankie Mackey – o que efetivamente viria a ocorrer em junho.

A partir dali, fatos novos vieram a aumentar as dúvidas sobre a ocorrência de um suicídio, lançando suspeitas sobre a versão do sócio de Veras. Além do laudo do IML, revelou-se, na edição de 20 de maio, que Mackey continuava morando no apartamento da Francisco Otaviano, mas enfrentava uma ação de despejo por atraso de R\$ 100 mil no aluguel e tinha tido luz, gás e telefone cortados por falta de pagamento. Ele se mudaria do imóvel no dia 23 de junho. A investigação sobre a morte do estilista prossegue quando do fechamento desta dissertação.

Todo o episódio leva a uma reflexão curiosa. Se, num primeiro momento, por alguma razão, tivesse-se optado por ocultar do leitor o suicídio de Amaury Veras, o que haveria para noticiar a partir do momento em que a polícia contemplasse cada vez mais fortemente a hipótese do homicídio? “Olha, aquilo que a gente não disse que era não é aquilo mesmo não?!”, ironiza Rodolfo Fernandes, diretor de redação do *Globo*. “A desgraça da mentira é que, ao contar a primeira, você passa a vida inteira contando mentira para justificar a primeira que contou”, declarou o presidente Luiz Inácio Lula Silva em entrevista, a propósito do escândalo político envolvendo o PT e o repasse de dinheiro de caixa dois a partidos aliados. O mesmo é verdade se se trocar “mentira” por “omissão”.

4.3

Convicções pessoais e ‘sínteses totalizantes’

No tratamento que *O Globo* dá ao tema do suicídio, não entram, como em tantos outros assuntos, as convicções pessoais de cada jornalista da redação ou nem mesmo de cada membro da sua chefia. Elas tendem a se fundir e de certa forma se anular numa outra convicção, ou melhor, na percepção do que seria a convicção do jornal. Esta percepção, por sua vez, é fortemente influenciada pelo perfil da parcela maior dos leitores, tal como percebido por intermédio de pesquisas qualitativas diárias. Nem mesmo a família Marinho estabelece a linha isoladamente. Ela surge no embate diário entre o jornal e o leitor, como, nas palavras de Vuyenne, um pedaço do social que volta ao social. Por exemplo, os donos do *Globo* acreditam que a única forma de combate eficiente ao tráfico de drogas seria a legalização de todas elas. As pesquisas, porém, indicam que tal posição causaria escândalo entre os leitores. A posição do *Globo*, então, é favorável à descriminação da posse de maconha, postura intermediária externada sem maior alarde.

Nos três jornalistas da chefia entrevistados especialmente para esta pesquisa, há três convicções pessoais distintas sobre a morte voluntária que se articulam dentro da própria cultura organizacional numa linha única de trabalho diário. Dois deles, Luiz Garcia e Rodolfo Fernandes, declaram-se distanciados de qualquer religião, embora não usem a palavra “ateu”. Agostinho Vieira é o único manifestamente religioso:

Sou católico e acredito em Deus, apesar de não praticar nem um pouco. Sou contra o suicídio como solução para qualquer coisa. Mas entendo o grau de solidão e desespero que uma pessoa que toma essa decisão deve enfrentar. Tenho dúvidas sobre a eutanásia, que é uma espécie de suicídio com acompanhante. Em alguns casos de doença terminais é difícil chamar aquilo de vida. (AGOSTINHO, 2005).

Luiz Garcia, pragmático, não se distancia muito disso:

Acho que o suicídio não é uma decisão racional. É sempre uma decisão provocada por um distúrbio emocional muito forte. Eu não vejo nenhuma qualidade que redima o suicídio. Também não vejo nenhuma que o excre, mas não há nobreza no suicídio. Não há aqui nada parecido com a cultura japonesa. (GARCIA, 2005).

A partir do suicídio de um primo-irmão, a associação entre suicídio e desespero surge também entre as convicções pessoais de Rodolfo Fernandes:

Tem um caráter de desespero. Mas não chega a ser mais traumático que um acidente de automóvel, a morte numa tragédia. Como não tenho fundadas raízes religiosas, não me considero católico, não pratico, não tenho ligação, não vejo isso como tabu. Vejo mais pelo lado psicológico, do desespero do gesto. Minha aproximação do assunto é puramente pessoal. E, no caso de publicar, as convicções que tenho em relação a isso são só as básicas de edição de jornal: entre 100 assuntos por dia, por que publicar este assunto e não outro? (FERNANDES, 2005).

A necessidade de escolher um assunto em detrimento de outro, dada a realidade física de que o espaço editorial é inelástico e o papel de jornal custa caro, freqüentemente atrai críticas a este trabalho de seleção. Segundo elas, ora os critérios seriam categorias inventadas pelos próprios jornalistas, ora seriam categorias impostas a eles pelos seus patrões capitalistas.

Pode-se aceitar que os assuntos selecionados pela imprensa determinem a agenda temática (*agenda-setting*) da sociedade, os assuntos que ela irá discutir, independentemente da relevância deles ou não, mesmo porque “relevância” pode ser um conceito assaz relativo. Coisa bem diversa, porém, é considerar um jornal, ou a imprensa em geral, como um estrutura homogênea, desprovida de sutilezas e campos de força interna, totalmente resguardadas de influências pessoais ou

sociais. Arlindo Machado critica este tipo de abordagem, que chama de “sínteses totalizantes”:

Muitos discursos sobre as mídias parecem mais próximos da ficção científica do que da análise objetiva. Eles imaginam uma trama maquiavélica, na qual age o vilão, uma espécie de *Big Brother*, que tudo controla graças à sua onividência, onisciência e onipresença, ao mesmo tempo que domina os milhares de escravos mudos e submissos colocados a seu serviço em todo o mundo e determina o que a humanidade ao seu redor deve pensar e fazer. Para o analista, bom seria se tudo fosse tão simples assim.

As mídias são encaradas, nessa abordagem, como estáticas e monolíticas, expressões cristalinas da vontade daqueles que as forjam, impermeáveis ao tempo e contexto, sem conflitos internos ou pressões externas, sem perspectivas de perfuração e contágio. (MACHADO, 2004, p. 49-50).

A abordagem de Ortiz do que chama de “esquema geradores” do discurso é sutilmente distinta. Comentando os estudos de Bordieu da ideologia das classes dominantes francesas e relacionando-os à atual literatura da administração global, ele lembra que, se às vezes discursos de grupos diferenciados e talvez conflitantes parecem dizer a mesma coisa, isso se dá porque “as categorias de classificação do pensamento são idênticas, e antecedem a própria ideologia, elas permitem entender como, em situações variadas, a mesma ‘forma de pensar’ se impõe” (ORTIZ, 1994, p. 162). Neste caso, pondera, a estratégia do discurso mundializado é que nos leva a pensar o poder como descentralizado, parcial, flexível, local.

Retornando especificamente ao discurso da imprensa *em torno do* suicídio (mais do que *sobre o* suicídio), no meu entender, ela não se inventou como o ponto focal da idéia de transmissão do suicídio na sociedade; ela mesma foi contagiada pela idéia de contágio, que, como vimos, lhe é externa e anterior. A rigor, por sua própria função, qual seja a de fazer circular fatos e conceitos pelos seus concidadãos/consumidores, ela em tese poderia ser responsabilizada por virtualmente todas as idéias que pegam/não pegam na sociedade. Tanto, apenas por exemplo, aliás, apenas por ser o meu exemplo, a de que o suicídio pode ser transmitido como uma doença – e, portanto, deve ser tratado com os cuidados

devidos a uma doença altamente contagiosa – quanto a contrapartida de que o homem deve preservar sua saúde e seu meio ambiente. No caso da morte voluntária, isolar o comportamento reticente da imprensa sob a lupa, no laboratório, implicaria ignorar toda a história da Humanidade e as práticas e rituais que os homens adotaram, com o passar dos milênios, para lidar com os que se decidiram por não mais ser.